



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 022

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 022

22ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 04

Indicações 04

Requerimentos 04

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 08

Dep. Péricles de Mello..... 09

Dep. Professor Luizão 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 10

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins..... 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 12

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 14

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 18

Liderança do PMDB

Dep. Nereu Moura 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 20

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 24

3ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 30

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 30

Diretoria Geral

Portarias 30

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 31

DIÁRIO Nº 022

22ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MARÇO DE 2008**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Duílio Genari, Durval Amaral, Fábio Camargo, Geraldo Cartário e Plauto Miró (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 009/08

Curitiba, 19/03/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 15750, de 27/12/07, que estimou receita e fixou despesa para o exercício financeiro de 2008.

A alteração pretendida se justifica diante da constatação de inadequação legal no comando inserto no parágrafo 2º do artigo 28 daquela lei, o que impediria o atendimento e cumprimento de emendas parlamentares explicitadas no texto final aprovado por esta Casa Legislativa, já que, excetuando-se os recursos destinados ao DER, todos os demais estariam vinculados ao que estabelece o artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29/12/83.

De outra parte, se faz necessária a correção da denominação oferecida ao Detalhamento do Programa de Trabalho das Unidades - Recursos de Todas as Fontes da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, indicado no anexo III da mesma norma, uma vez que a designação adotada não indica a exata dimensão das atividades englobadas.

Neste contexto, a proposta em tela busca atender aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e eficácia, visto que, com a alteração proposta, se poderá dar efetiva execução à proposta orçamentária aprovada pelo legislativo paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O parágrafo 2º, do artigo 28, da Lei nº 15750, de 27/12/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. ...

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o caput deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º, da Lei Estadual nº 7811, de 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83. (NR)”

Art. 2º O Anexo III, da Lei nº 15750, de 27/12/07, no seu item B, que indica o Detalhamento do Programa de Trabalho das Unidades - Recursos de Todas as Fontes, relacionados à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, código 2701.09272999.059 - pensionistas de outros Poderes, passa ter a seguinte especificação:

“...

B - Detalhamento do Programa de Trabalho das Unidades - Recursos de todas as Fontes

2700 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA					
2701 GABINETE DO SECRETÁRIO					
PROGRAMA DE TRABALHO					
Recursos de todas as fontes				R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIV.	OPER. ESP	TOTAL
2701.09272999.059	PENSIONISTAS DE OUTROS PODERES E DO MIISTÉRIO PÚBLICO Gerir o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná de que são beneficiários os pensionistas de outros Poderes e do Ministério Público.	0	0	101.518.340	101.518.340

... (NR)”

Art. 3º Esta lei terá seus efeitos retroativos a 01/01/08.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OFÍCIO Nº 040/08

Curitiba, em 24/03/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 24/03/08 - por estar em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO Nº 063/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Secretário de Estado de Educação, Sr. Maurício Requião, a aquisição de materiais didáticos para o Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski, localizado no município de Araucária/PR.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1) Solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, adquira computadores com acesso a internet, data show e 110 conjuntos de carteiras para o Colégio Estadual Professor Julio Szymanski, localizado no município de Araucária/PR.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Professor Julio Szymanski, localizado no município de Araucária é o maior colégio estadual deste município. Atualmente atende 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos no ensino médio.

Entretanto, para que possa continuar a realizar plenamente suas funções, educando para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade, a escola necessita de equipamentos, como computadores que tenham acesso a internet, podendo inclusive, serem viabilizados pelo Programa Paraná Digital, que promove a inclusão dos estudantes da rede pública de ensino na esfera da tecnologia e comunicação. Igualmente, fazem-se necessários equipamentos como data show e, também, 110 conjuntos de carteiras devido ao crescente número de estudantes matriculados nesta escola.

Cumpré ainda destacar que todos os materiais didáticos acima solicitados foram previstos em emendas ao orçamento estadual realizadas por este gabinete, sendo aprovadas na Lei Orçamentária nº 15750 de 27/12/07.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC pela comemoração, neste mês de março, dos 50 (cinquenta) anos de sua fundação. Desde sua fundação, a PUC/PR só fez consolidar seus objetivos iniciais. Tornou-se referência em qualidade de ensino, no desenvolvimento de atividades de interação da comunidade acadêmica com a sociedade da qual faz parte e na prestação de serviços à população carente do Paraná, sempre sob os auspícios da proteção divina e dos princípios da fé católica que defende e propaga entre os seus estudantes e professores.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a PUC/PR por ocasião da celebração dos seus 50 (cinquenta) anos de sua fundação, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter se tornado instituição que orgulha todos os paranaenses.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Presidente da PUC/PR, Sr. Clemente Ivo Juliatto, na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do empresário Sr. Cecílio do Rego Almeida, pelo falecimento ocorrido em 22 de março do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Ângela Almeida acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvino Burack, ocorrido no último dia 18 de março.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à viúva, Sra. Lurdes Burack.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Silvino Burack os nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 18/03/08, que deixa eternas saudades.

Pertencente a uma família pioneira e tradicional na região de Roncador o Sr. Silvio Burack era muito ativo na comunidade, funcionário público municipal a mais de 12 anos e havia sido empresário e agricultor, além de ser uma pessoa muito respeitada e querida por todos. Desta forma pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Sr. Cecílio do Rego Almeida, falecido no último dia 22 do corrente nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 22, nesta capital, aos 78 anos de idade, o Sr. Cecílio do Rego Almeida. Deixou viúva Dona Ângela Brandão Almeida, e os filhos Ricardo, Denise, Roberto, César, Guilherme e Marcelo e 21 netos.

O Sr. Cecílio do Rego Almeida era fundador do Conselho de Administração do Grupo CR Almeida, que reúne mais de 30 empresas e atua nas áreas de construção pesada, concessão de rodovias e logística de transporte de química e explosivos.

Ele nasceu em 1930 em Óbidos (PA) e se transferiu para o Paraná aos sete anos de idade, com os pais e irmãos. Começou a trabalhar aos nove anos como biscate, vendendo sementes para lavradores, laranja e palmito. Aos 14 anos prestou concursos para os Correios, onde começou a trabalhar como estafeta. Foi nos Correios, como operador de máquina Baudot, de cinco teclas, que adquiriu o hábito que levou até o fim da vida, de dedilhar à mesa durante reuniões de trabalho e conversas com os amigos.

Aos 16 anos pediu para que seu pai, Raymundo Almeida, que o emancipasse. Foi quando contraiu um empréstimo junto ao IPASE no valor de cinco contos para abrir uma loja de calçados. A partir de 1949, quando começou o curso de Engenharia, passou a dar aulas de Matemática durante o dia e a trabalhar nos Correios a noite. Em 1958, depois de trabalhar na empresa Lysimaco da Costa, a maior firma de engenharia da época, fundou a Engenharia e Construções CR Almeida Ltda., em sociedade com seu irmão Félix. Treze anos depois comprou a Lysimaco, segunda empresa a fazer parte do que hoje é o Grupo CR Almeida.

A CR Almeida nasceu construindo bueiros em beira de estradas e cresceu muito ao participar de obras públicas. Cecílio Almeida, que neste ano completaria 50 anos de engenharia, sempre repetia um pensamento conhecido por todos os seus mais de 3 mil colaboradores diretos: “Confiança neste país, joguei e ganhei. Quem jogou na crise brasileira, perdeu. Eu joguei no desenvolvimento.”

Entre as principais obras executadas pela CR Almeida estão a BR-277 (Curitiba-Paranaguá); Estrada de Ferro Central do Paraná; pavimentação das rodovias

Belém-Brasília e Rio-Santos; construção da freeway Porto Alegre-Osório; construção da Usina Hidrelétrica de São Simão, a segunda maior do Brasil e, mais recentemente, a duplicação da Rodovia dos Imigrantes.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares do Sr. Cecílio do Rego Almeida, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Almeida, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Olinda Rüppell Sotto Maior, ocorrido dia 14/03/08, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 14 de março a Sra. Olinda Rüppell Sotto Maior com 86 anos de idade. Era viúva de Lélío Olímpio Sotto Maior e deixou os filhos Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, recentemente nomeado Procurador Geral da Justiça; Dr. Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor do Departamento Legislativo deste Poder; Lélío Guimarães Sotto Maior Junior e Maria Ricardina Sotto Maior. Deixou ainda 8 netos e 7 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Olinda Rüppell Sotto Maior.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e à sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Olinda, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Sr. Elcio Viola, por assumir a função de Presidente, à frente da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê.

Neste ano, em 18 de março, a Sra. Elisângela transmitiu a presidência da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê ao empresário Sr. Elcio Viola.

Fazemos votos de uma profícua administração ao mesmo tempo em que nos colocamos lado a lado com a ACIG na luta pelo desenvolvimento local e regional.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Elcio Viola no endereço da ACIG.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo levar ao novo Presidente da ACIG, o nosso apoio e homenagem pela sua eleição.

Reconhecendo que somente com um bom trabalho e uma boa prática administrativa é que se conseguirá levar adiante o tão relevante trabalho que a ACIG vem desenvolvendo, a nossa fé se assenta na competência e dedicação que o nosso Presidente, com certeza, dispensará em uma atividade tão relevante para nossa gente. Sempre representará um motivo de preocupação a administração e o enfrentamento das deficiências locais que, sem dúvida alguma, o Sr. Elcio Viola representará com toda a sua excelência e qualidade profissional para atender as expectativas da nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação a Sra. Elisângela Gloor, pelos trabalhos realizados à frente da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê.

Neste ano, em 18 de março, a Sra. Elisângela transmitiu a presidência da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê ao empresário Sr. Elcio Viola.

O reconhecimento de seu trabalho profissional, honesto e dedicado, isento de preconceitos ou tendências sectárias, vem através do reconhecimento público de sua brilhante gestão à frente de tão conceituada Associação Comercial e Industrial.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a Sra. Elisângela Gloor no endereço da ACIG.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento dos bons préstimos da Sra. Elisângela Gloor à frente da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática administrativa em uma atividade tão importante como a condução da Associação Comercial e Industrial do município é de grande relevância para nossa gente, e, sem dúvida alguma, a sua condução exemplar representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória pela passagem, no próximo dia 27/05/08, de seus 118 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Warrib Motta, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o constante progresso do município. Razão pela qual, na significativa data da comemoração do 118º aniversário de emancipação política, parabenizamos as autoridades constituídas, assim como toda a população de União da Vitória com votos de muito sucesso.

A importância do município é indiscutível, tendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, e, ao seu encargo, inúmeras atribuições.

O Legislativo, exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo com seus deveres e representando legitimamente o povo que o escolhe, jamais foi uma dádiva ou doação generosa do poder. Ao contrário, é a conquista dos povos livres e dos municípios pela mobilização; lograram instituir, preservar e aprimorar aquela que trabalha.

Os Vereadores do município de União da Vitória, proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação, significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará sempre ao desenvolvimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo de toda a população de União da Vitória pelo transcurso da significativa data comemorativa aos 118 anos de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Reserva, pela passagem, no próximo dia 26 de março do corrente ano, de seus 87 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Frederico Bittencourt Hornung, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Aleixo Lopata, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente aos acontecimentos que marcam a vida da população de reserva, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade que jubilosamente estará comemorando o seu 87º aniversário de emancipação política, no próximo dia 26 de março do ano em curso.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular. Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereadores, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população de Reserva, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento de todos os objetivos propostos.

Por tudo isto, é que temos certeza que poderemos continuar contando com o efetivo trabalho de todos para o progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar a população de Reserva na significativa data da comemoração dos 87 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Capitão Suido João Biscaia Filho.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Capitão Suido João Biscaia Filho, Chefe de Gabinete do DETRAN - Departamento de

Trânsito do Paraná, em reconhecimento ao desempenho de suas funções frente a este importante órgão estadual.

Destacamos sua experiência e dedicação no atendimento ao contribuinte, bem como as ações e projetos voltados para a educação no trânsito.

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, solicitando a operacionalização de políticas para implantar, no Paraná, a isenção do ICMS sobre o óleo diesel como subsídio para pescadores paranaenses que utilizam combustível nas embarcações.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O desconto concedido no preço do óleo diesel, através do subsídio, vai beneficiar todos os pescadores do Paraná, incluindo também os que vivem da pesca de água doce. Trata-se de um estímulo à renda mensal de milhares de famílias, que têm na pesca a única fonte de subsistência. O subsídio, ofertado pelo estado, concede um desconto de 12% no preço do combustível para os trabalhadores. A legislação estadual que regulamenta essa política já foi aprovada no Paraná, faltando apenas a sua operacionalização. Quando essa política estiver em vigor, os pescadores paranaenses também passam a ser contemplados pela legislação federal que concede um subsídio de no mínimo 12%, podendo chegar até 20% de desconto.

Ressalto ainda que vários outros estados brasileiros já contam com essa política, como é o caso de Santa Catarina que estende o benefício a todos os pescadores.

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando a operacionalização de políticas para implantar, no Paraná, a isenção do ICMS sobre o óleo diesel como subsídio para pescadores paranaenses que utilizam combustível nas embarcações.

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O desconto concedido no preço do óleo diesel, através do subsídio, vai beneficiar todos os pescadores do Paraná, incluindo também os que vivem da pesca de água doce. Trata-se de um estímulo à renda mensal de milhares de famílias, que têm na pesca a única fonte de subsistência. O subsídio, ofertado pelo estado, pode chegar a um desconto de 12% no preço do combustível para os trabalhadores. A legislação estadual que regulamenta

essa política já foi aprovada no Paraná, faltando apenas a sua operacionalização. Quando essa política estiver em vigor, os pescadores paranaenses também passam a ser contemplados pela legislação federal que concede um subsídio de no mínimo 12%, podendo chegar até 20% de desconto.

Ressalto ainda que vários outros estados brasileiros já contam com essa política, como é o caso de Santa Catarina que estende o benefício a todos os pescadores.

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, pede que se oficie a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, o seguinte pedido de informações:

I) Qual o valor cobrado de cada ligação telefônica feita por um usuário em seu número de informações?

II) É cobrado apenas os pulsos da ligação ou alguma taxa adicional conforme o tempo dispendido na ligação telefônica?

III) Qual o volume médio mensal de telefonemas recebidos em 2007?

Sala das Sessões, em 24/03/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Marcelo Rangel e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras reclamações em nosso gabinete parlamentar, que são cobradas, do usuário, as ligações feitas para a SANEPAR, através do nº 115. Em contato com as empresas envolvidas, não recebemos informações precisas dos procedimentos adotados nesta questão.

Baseado nos fatos e nas reclamações, este Deputado formulou o presente pedido, para que esta Casa tenha informações precisas do custo dessas ligações e quem paga a conta. Conhecedor da importância e da necessidade de tal pedido, solicito o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis, para sua aprovação em Plenário.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para externar a minha satisfação de estar presente, representando esta Casa de Leis na vinda do Presidente Lula ao Paraná, mas precisamente na cidade de Foz do Iguaçu. Esteve também presente o Deputado Reni Pereira, Deputado Chico

Noroeste, Deputados Estaduais desta Casa. Foi um momento histórico para o Paraná, para o Mato Grosso, para o país, no tocante à assinatura do projeto que vai fazer o álcoolduto ligando Campo Grande a Paranaguá.

Para os paranaenses, certamente, é um privilégio ter um porto desse porte, que vai por navegação levar álcool mais barato para todo o país e também o excedente que podemos exportar.

O combustível renovável - somos tecnologia de ponta. Temos melhor know-how necessário para que possamos discutir a nível mundial essa matriz energética que é tanto o álcool, como o biodiesel mais para frente, que também está sendo trabalhado muito fortemente. Estavam lá o Governador Requião; o Governador Putinelli, do Mato Grosso; o Presidente Lula; o Ministro das Minas e Energia; a Ministra - Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; Lobão e o nosso Ministro Paulo Bernardo, acompanhando a assinatura desse contrato, que para nós paranaenses, certamente, é motivo de orgulho, porque essa riqueza brasileira transportada via álcoolduto será distribuída ao país e ao mundo, via porto de Paranaguá.

Sem sombra de dúvidas, a médio e longo prazo trarão muitas divisas, muitos empregos para todo o país e o Paraná certamente terá um incremento ainda mais de receitas por poder prestar esse serviço ao país.

Outro fato relevante, Sr. Presidente, que lá foi assinado - e esse tem muito mais a ver conosco, que somos ligados à agricultura familiar. Sou técnico em psicultura e nunca tivemos um termo legal, marco legal para explorar as águas da união no cultivo de peixes em tanque-rede.

Uma das primeiras iniciativa quando aqui viemos, ainda no Bloco Agropecuário, foi fazer proposições no sentido de permitir que se fizessem os estudos necessários, via Secretaria da Pesca, que foi criada no atual Governo Lula, a criação de peixes em tanque-rede nas águas de domínio da união.

Agora, Sr. Presidente, está definido um marco legal para que pescadores, agricultores familiares que se encostam ao lago de Itaipu, por exemplo, ou seja, nas águas da união, no Brasil afora, ou até no mar, também tem permissão para isso, para cultivar peixes em tanque-rede.

Sr. Presidente, tenho dito e foram palavras dos Ministros que lá estiveram. E com muita veemência se pronunciou o Diretor Geral da Itaipu, Jorge Samek. Estamos fazendo uma reforma agrária das águas. Estamos concedendo aos pequenos agricultores para que eles possam ter o seu tanque-rede, e o seu espaço dentro do lago de Itaipu para criar peixes. Irá gerar renda para esse produtor, e com certeza vai dar para administrar a quantidade de peixes produzidos, que é um ramo que vamos deslanchar daqui para frente. Vamos passar a ser exportador de pescado num curto espaço de tempo.

O marco legal, Sr. Presidente, é o que permite com que os pequenos usem de forma adequada o espaço que é público. A cessão das águas públicas para os pescadores, para os ribeirinhos, para os agricultores e, também, para a iniciativa privada. Essa cessão do uso das águas permite

com que o pequeno agregue mais valor para o seu trabalho e para ele possa usar esse espaço, que é dele agora, através da autorização do Governo Federal, para que ele possa ter mais renda e mais benefícios e conseguir ficar na lavoura, agora, usando o espaço público através dessa cessão de águas públicas.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, que isso gerará muitos empregos. Não tenho dúvida que esse modelo fará com que a agroindústria ligada ao ramo do pescado surja. A própria COPACOL já tem uma empresa, a cooperativa já montou um abate de peixes, e certamente bem organizado com esses produtores, tanto nos tanques escavados como lago, serão a grande forma de abastecer com matéria-prima.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, é um assunto de extraordinária importância para o Paraná, e eu diria, para o Brasil.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, fui procurado alguns meses atrás por um jovem casal de pequenos agricultores que moram na região metropolitana de Curitiba. São possuidores de um sítio onde existem várias araucárias. Esse casal acabou de patentear uma descoberta. Uma placa de madeira feita a partir da grimpá do pinheiro-do-paraná, da araucária.

Uma descoberta muito importante, tanto que o maior jornal do país, o Estado de São Paulo publicou, na quarta-feira, 19 de março de 2008, uma reportagem com o casal. Eles estão aqui presentes, Silvio Sêpkca Moreira e Marli Borquet. Essa placa está em fase de teste. O Beto Barbosa que é o meu assessor na Comissão de Educação e que tem corrido com eles, inclusive o TECPAR fez um teste. Mas, é uma placa que tem uma dureza muito maior que as placas normais.

Para se ter uma idéia da importância dessa descoberta à medida que seja industrializada, em primeiro lugar porque preserva e dá um sentido econômico muito forte. A araucária foi dizimada no nosso estado. A araucária, no Paraná, havia 190 mil km² de floresta araucária, no final do século XIX, sendo 80 mil no Paraná, 60 mil em Santa Catarina e 50 mil no Rio Grande do Sul. Hoje existem remanescentes apenas 3% das florestas nativas de araucária. O pinheiro está em vias de extinção, tanto que foram criados oito parques de conservação permanente no Paraná e em Santa Catarina.

Este material, se formos analisar a produção desta placa da grimpá da araucária, cada pinheiro produz mensalmente cerca de 13 copéis de grimpá. A cada 92

árvores de pinheiro teríamos 1m3 de madeira. Se formos comparar com a produção de pínus, que é a árvore do reflorestamento de todo o Paraná, com relação à massa, o pínus em 20 anos se corta. A grimpá produz a mesma biomassa em 20 anos, a árvore permanece em pé, continua o pinheiro, porque ele tem uma durabilidade - aqui o Deputado Valdir Rossoni pode contribuir muito com sua experiência na área da madeira - o pinheiro dura de 300 a 500 anos, enquanto o pínus em 20 anos é cortado. Ou seja, o pinheiro passaria a produzir quatro vezes mais massa do que o pínus.

Pelos dados que me passaram, tem a vantagem da umidade. Enquanto o pínus tem 50% de umidade, vai se fazer o corte do pínus e transportar, ele vai perder 50% do seu peso, depois, é umidade. A grimpá é transportada com 11% de umidade, apenas. Esta placa poder ser feita com a grimpá em 11% de umidade. Tudo que é transportado é utilizado no processo industrial. E se colocar no sol, em cinco dias a umidade cai para 5%.

Então, do ponto de vista econômico, é muito mais importante que a madeira feita pelo pínus. Enquanto que no pínus a secagem é feita por energia elétrica, portanto, consome energia; a grimpá que vai para 11% de umidade pede a luz do sol, de 6% caindo para 5%, sem desperdício ou nenhum consumo de energia.

A resistência: uma peça destas resiste a 10 mil quilos. Já foram feitos testes pelos dois produtores. Pode ficar 96 horas submersas em água, que não perde a resistência.

Com relação ao carbono, também, é muito importante na defesa do meio ambiente a questão do carbono. A grimpá que cai do pinheiro, porque ela é folha seca da araucária e cai naturalmente, vai ser coletada e depois transportada para o processo industrial. A grimpá libera metano e carbono. Esta placa de madeira da grimpá transforma-se em madeira, portanto tirando o crédito de carbono. A grimpá transforma-se em madeira e irá gerar créditos de carbono, também de extraordinária importância.

Com relação à resina utilizada para fazer esta peça, é 2% a menos que a resina utilizada para fazer esta mesma peça, com outra madeira ou madeira de pínus.

O pínus, quando é retirado 3 mil quilos, pela perda de umidade vai se aproveitar apenas 1.400 quilos para a indústria. A grimpá aproveita os 1.200 quilos e a mesma área de terra produziria duas vezes mais de pínus do que de araucária. Mas, como o pínus perde 50% de umidade, basicamente a mesma área de terra produz a mesma quantidade para o processo industrial, de grimpá de pinheiro, como o pínus, mostrando a viabilidade econômica desta peça, desta placa rígida de grimpá do pinheiro.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, estamos num momento muito importante, não é à toa que os jornais da imprensa nacional têm divulgado e peço, nesta Casa, o apoio a esta criação,

legitimamente paranaense, que vem dar um sentido, um conteúdo não só econômico, mas também ambiental, de preservação da árvore símbolo do Paraná, que é a araucária, conhecida como pinheiro-do-paraná.

Quero dar os parabéns ao Silvio e a Marli pelo trabalho criativo que nasce do amor que eles dedicaram às suas vidas, à preservação da araucária, o cuidado que tiveram na sua pequena chácara aqui na região metropolitana. E é um acontecimento que deve ser saudado por todos nós.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

É natural que não tenho conhecimento do desenvolvimento desse produto, mas pelos dados que V. Exa. traz, acredito, até pelo conhecimento que tenho. Eu, aproximadamente há cinco meses atrás, estive na China visitando uma indústria aonde se produz este mesmo material que é o aglomerado de qualquer material fibroso. Uma indústria interessante, importante, nós estamos trabalhando cientificamente em cima da questão, e é importante o que V. Exa. está dizendo.

Só há um questionamento, é claro, este é mais um produto que pode ser usado como material fibroso tendo as suas vantagens e desvantagens. É claro que podemos usar a grimpá, mas é também natural que tenhamos o volume suficiente para produção em alta escala. Essa é uma questão que deve ser debatida, mas não tenho dúvida, vi a indústria, essa indústria usava tudo o que era material fibroso e que dava um bom produto de MDF, não apenas de pínus, qualquer material que seja fibroso, ele produz esse material.

Mas, essa é mais uma descoberta e deve ser debatida, naturalmente, e quero depois conhecê-la. Cumprimento V. Exa. pela novidade.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado Deputado Valdir Rossoni. Inclusive ao casal, o Silvio e a Marli, que procurem o Deputado Rossoni, com a sua experiência, empresário do ramo da madeira que é, e pela capacidade que ele possui nessa área.

Mas, queria dizer ao Sr. Deputado Rossoni que os dados que tenho, vou distribuir a todos os Deputados esse folheto, mas tem um quadro aqui nesse folheto: área total de araucárias - 3 milhões e 990 mil; preservação - 1 milhão e 330 mil; explorável - 2 milhões e 660 mil em m3 por mês que essas árvores produzem. Quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove mil metros de grimpá, tirando a preservação, teríamos explorável 28 mil e 913 m3 por mês; por ano 346 mil e 956 m3. E teríamos uma produção de 1 milhão, 445 mil e 650 placas por mês, ou 17 milhões, 347 mil e 800 placas por ano. Agora, no sentido de que a araucária já nos cinco anos começa a soltar grimpá, com o reflorestamento de araucária, ao tempo de 20 anos, teríamos uma nova quantidade muito maior dependendo do reflorestamento para a produção dessa placa.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo seu posicionamento e dizer que é uma alternativa, sem dúvida nenhuma. E apenas fazer um lembrete técnico que não podemos deixar de fazer: a grimpá é araucária que cai na forma de folhas e isso faz parte da regeneração da própria floresta para permitir que cresça novamente. A não ser que estejamos falando aqui apenas em reflorestamento de araucária, o que seria diferente porque aí se usariam insumos, preparo da terra diferente. Mas, do ponto de vista de sua colocação de cerca de 3 milhões de hectares que tem o Paraná de araucária, é difícil dizer que iríamos retirar esse material impunemente da floresta. É preciso dizer que a natureza se recicla sozinha e que a grimpá faz parte desse processo de regeneração.

Apesar disso, Deputado Péricles, o seu posicionamento está adequado, correto e acreditado que o trabalho desenvolvido pelo casal é um trabalho bastante sério, mas não posso deixar de dizer isso, até porque quem está nos ouvindo não imagina que se limpe o terreno, o solo de uma floresta de araucária impunemente. Isso não pode ser feito sob pena de você exaurir o solo e a floresta não se regenerar.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Pretendo, na próxima quinta-feira, me inscrever no Grande Expediente para que o Silvio e a Marli possam vir aqui debater com os Deputados. Porque, nas conversas que tive com o casal, eles entendem que poderia ser utilizado em grande parte, sem que houvesse nenhum prejuízo ambiental.

Inclusive, estivemos no IAP, e estamos propondo ao IAP uma regulamentação nesse sentido, para que não prejudique a questão ambiental.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado, me chama a atenção, porque hoje já temos uma necessidade maior de matéria-prima, principalmente MDF.

Se pudemos utilizar novas técnicas, sem dúvida, estaremos contribuindo para redução de áreas que hoje precisam ser reflorestadas.

Se houver possibilidade de outras tecnologias virem a se somar àquela que já temos, será um avanço enorme. Principalmente para o Paraná e os estados do sul, onde, predominantemente temos araucária. Parabéns por ter trazido o tema.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço o aparte e muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de comunicar um projeto de minha autoria, que tramita nesta Casa, que pretende disciplinar a confecção de carimbos no nosso estado.

Esse projeto surgiu de uma indignação de alguns médicos que passam por situações bastante constrangedoras, de seu nome estar sendo usado, inclusive com carimbo, mas carimbo falso e assinatura falsa, para atender fins eleitoreiros e outros interesses. Onde as pessoas têm uma receita médica, uma dispensa do trabalho, mas baseada numa receita falsa com carimbo falso.

Esse projeto pretende exigir das empresas que confeccionam o carimbo, documentação que comprove se o profissional é liberal, ou se é uma entidade de classe, como por exemplo o CRM, ou outra entidade de classe que possa atestar que aquele profissional é filiado.

Então, acompanhamos várias situações de pessoas exercendo ilegalmente diversas profissões porque elas confeccionam um documento e mandam fazer um carimbo.

Para fazer um carimbo, hoje, basta chegar com um rascunho e dizer que quer um carimbo assim, com nome, com RG, profissão e representação de uma classe ou categoria e manda fazer o carimbo e a empresa que confecciona o carimbo simplesmente faz, porque não existe nenhum tipo de regulamentação que exija que as empresas possam pedir documentação, que elas têm que cobrar a veracidade das informações para confeccionar um carimbo.

Então, isso aí vai resolver muitos problemas de médicos que, muitas vezes, não atenderam as pessoas, não consultaram e, de repente, tem aí diversas pessoas andando com receita médica, com dispensa de trabalho.

Quando estava na direção de um colégio desconfeiei de alguns funcionários porque, reiteradamente, estavam requerendo dispensa do serviço por problemas de saúde. Fui verificar e o médico que constava na receita não existia e o carimbo era falso. Então, baseado nisso e a pedido de alguns médicos, tomei a iniciativa de elaborar este projeto de lei, com a ajuda da minha assessoria jurídica, e está tramitando. Não faço mais parte da Comissão de Justiça e Redação, nosso representante naquela Comissão é o Deputado Tadeu Veneri, mas já tomei conhecimento que este processo já recebeu parecer favorável e, em breve, devemos votar neste plenário, momento que eu pedirei o apoio de V. Exas.

Então, espero que com este projeto simples tenhamos um grande alcance para regulamentar a confecção de carimbos no nosso estado. Era isso.

Obrigado, Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos apresentando um pedido de informações para o Governo em relação à SANEPAR. A primeira questão que levantamos é a seguinte: qual é o valor cobrado de cada ligação telefônica feita por usuário em seu número de informações? É cobrado apenas os pulsos da ligação ou uma taxa adicional conforme o tempo despendido na ligação telefônica? Qual o volume médio mensal de telefonemas recebidos em 2007?

Temos recebido inúmeras informações em nosso gabinete parlamentar de que são cobradas do usuário as ligações feitas para a SANEPAR através do número 115. Deputado Marcelo Rangel, quando V. Exa. liga para o 115 da SANEPAR, reclamando que no seu bairro está faltando água ou que na sua casa existe um vazamento, a SANEPAR ou a empresa telefônica estaria cobrando esta ligação. Em contato com as empresas envolvidas não recebemos informações precisas dos procedimentos adotados nessa questão.

Baseados nos fatos e nas reclamações, estamos fazendo este pedido para que a Assembléia tenha informações precisas do custo dessas ligações e quem paga a conta. Conhecedor da importância e da necessidade de tal pedido, solicito apoio dos demais Pares desta Casa na aprovação deste pedido.

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que já foi Presidente da SANEPAR, lá existe o número 115.

O que queremos saber é se quando ligamos para esse número solicitando o serviço da SANEPAR, a ligação é cobrada? Pelas informações, a ligação é cobrada. Então, estamos sugerindo que a SANEPAR imite a COPEL. Hoje a COPEL tem o 0800, você liga e não paga pela ligação. O que queremos simplesmente é que a SANEPAR imite a COPEL.

Disse o Deputado Miltinho Pupio que a TV Educativa e Rádio Educativa do Estado do Paraná tem o 0800. O povo liga para lá e não paga a ligação. Acho isso muito importante, da maior utilidade. Já que a TV Educativa tem, por que não a SANEPAR ter e oxalá, Sr. Presidente, um dia a Assembléia Legislativa também tenha aqui o 0800 para que a população possa entrar em contato com a Assembléia, e tenho certeza que V. Exa. está preocupado com isso e que no seu programa de administração da Casa junto com a Mesa Executiva, irá pensar nessa questão do 0800. Como tem na Câmara Federal, no Senado, facilitar para que o povo cada vez mais fale com o seu representante, com o seu Deputado Estadual.

Gostaria de pedir apoio ao Líder do Governo, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, para aprovação desse pedido de informações à SANEPAR.

Queremos saber: Qual o valor cobrado de cada ligação telefônica feita por usuários em seu número de informações? É cobrado apenas os pulsos de ligação ou alguma taxa adicional conforme o tempo despendido da ligação telefônica? Qual o volume médio mensal de telefonemas recebidos em 2007?

Para isso, Sr. Presidente, esperamos que esta Casa aprove este pedido que é realmente de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente nesta tarde.

Gostaria de comentar mais uma vez sobre os vetos que o Governador aplicou a vários projetos de vários Parlamentares aqui nesta Casa, principalmente os Parlamentares da Oposição.

Estávamos lendo a Gazeta do Povo e ela traz uma reportagem que gostaria de destacar aqui. Fez outras vezes esta reportagem. É sobre o bullying. “Bullying é cada vez mais constante em escolas e festas”. É aquela atitude, Deputado Marcelo Rangel, que algumas pessoas têm de ficar incomodando outras pessoas. Num linguajar mais popular, “tirando sarro”, fazendo comparações, coisas dessa natureza. Principalmente nas escolas, com as crianças.

Apresentamos um projeto de lei no ano passado, aqui na Assembléia Legislativa, para que o nosso Governador, o Poder Executivo, implantasse nas escolas um programa de combate ao bullying, instituindo-se isso para que facilitasse a vida dos professores, a vida dos próprios alunos e da comunidade em geral. Talvez seja simples o assunto, imaginar que não pode ter interferência na vida futura de uma criança que passa pelo problema do bullying numa escola estadual.

Vamos imaginar o seguinte: que seu filho estivesse em uma escola e nessa escola um grupo de coleguinhas começasse a fazer chacotas, amedrontando-o com algum apelido ou por algum comportamento que ele tenha, comessem a discriminá-lo. Isso vem acontecendo nas escolas estaduais, vem acontecendo nas escolas particulares, vem acontecendo no Brasil inteiro.

Mas, o destaque da nossa Gazeta do Povo é aqui no Paraná. Tem vários exemplos de situações que vêm ocorrendo, e que, no futuro, como tem aqui: “Estudante é agredido por veteranos”, chega na faculdade. Aquela história de trote, que eu acredito, inclusive, que devemos

tomar providências. Estamos estudando uma forma de coibir isso, seja em um projeto de lei, de alguma forma para que não tenhamos esse tipo de notícia nos jornais.

O nosso projeto, que era o de nº 612, ele foi vetado pelo Governador. E não tem uma solução: não acata o nosso projeto. Não resolvem o problema. E ficamos aqui como se não pudéssemos fazer nada. O projeto foi proposto. Todos os Deputados desta Casa aprovaram, aprovaram na Comissão de Constituição e Justiça, todos, por unanimidade. Quando veio para a Assembléia para a geral, todos que estavam presentes aprovaram. Transformou-se em um projeto aprovado. Foi para o Governador e ele vetou.

Então, usamos a palavra, neste momento, para pedir ao Governador, já que não quer aprovar o projeto de lei, pedir ao Secretário da Educação que se preocupe com esse bullying que cada vez mais está atrapalhando a vida de alunos aqui no estado do Paraná.

Também gostaria de comentar, Sr. Presidente, a questão da Segurança. Sempre se fala em Segurança aqui nesta Casa, dando ênfase, Deputada Rosane - V. Exa., que estivemos na sua cidade de Araucária participando de uma Audiência Pública sobre o tema - dando ênfase a cidades maiores, que têm um número de população maior e que tem homicídio, tem, enfim, várias ações pela falta de Segurança.

Ontem estivemos também na Gazeta do Povo, uma reportagem do Dr. Luiz Haj Mussi, ele que já foi Secretário de Estado da Segurança, e ele colocou alguns pontos interessantes sobre a questão de Segurança. Não é só aumentar o número de policiais, é aumentar também as oportunidades, é investir em Educação. Esse tipo de ação que propusemos aqui do combate ao bullying, Deputado Marcelo Rangel, daria no futuro uma melhor segurança para a população.

Quero trazer alguns números específicos da cidade de Campo Mourão, números de homicídios que aconteceram. Vou passar aqui, Deputada Rosane, alguns números da cidade de Campo Mourão, que é uma cidade que tem, aproximadamente, 85 mil habitantes, então é uma cidade de porte médio, e que em volta dessa cidade têm outras diversas cidades que perfazem aí quase 400 mil habitantes. Mas, vamos pegar os números específicos de homicídios em Campo Mourão: em 2002 foram 28 pessoas assassinadas só em Campo Mourão; em 2003 foram 27 pessoas; 2004 foram 31 pessoas; em 2005 foram 48 pessoas assassinadas só na cidade de Campo Mourão; em 2006, 32 pessoas; e em 2008 já foram 11 pessoas. Estamos ainda no mês de março e 11 pessoas já foram assassinadas na cidade de Campo Mourão. Se for essa estatística, essa projeção negativa - e não queremos que seja - ela vai ultrapassar o ano de 2005 que foram 48.

Então, vamos imaginar: 2002 foram 28; 2003 foram 27; 2004 foram 31 pessoas; 2005 foram 48; 2006 foram 32 pessoas; em 2008 já foram 11 pessoas. Já fizemos Audiência Pública, a Polícia tem se movimentado, tem trabalhado. Ainda não chegaram os 40 novos policiais

que o Governador prometeu, e agora estou trazendo números. A cada semana trago números diferentes para mostrar que o Governador não está atendendo a região no quesito Segurança. Isso é preocupante, não atinge só o Deputado Douglas, atinge todos os Deputados desta Casa que foram fazer campanha lá naquela região. Hoje precisamos de ajuda, precisamos cobrar ações efetivas do Governo para acabar com isso que está acontecendo na cidade de Campo Mourão.

Concedo o aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Apenas para cumprimentar V. Exa. e trazer mais duas situações rápidas, Deputado Douglas Fabrício: no sábado agora, às 9h da manhã, um cidadão da região metropolitana saiu de casa para ir ao seu trabalho, um cidadão de Colombo, um rapaz de 26 anos. Ele se dirigia ao seu trabalho e não chegou lá. Ele teria que entrar no seu trabalho às 10h.

Durante todo sábado e o domingo a família procurou a Delegacia de Alto Maracaná para tentar registrar o boletim de ocorrência do desaparecimento do rapaz. Mais uma vez se repetiu o que se repete em todos os finais de semana, onde as delegacias sequer aceitam o registro da ocorrência! Isso foi veiculado numa rádio hoje pela manhã. Já fiz um pronunciamento, o senhor já nos ajudou nesse sentido, há de se solicitar, Deputado Douglas, que a Secretaria de Segurança reveja a situação das Delegacias nos finais de semana! Não é possível que se trabalhe sem um plantão efetivo quando os números da violência urbana triplicam, quadruplicam nos finais de semana.

Quero apenas usar este momento para colocar essa situação que é a realidade em todos os municípios da região metropolitana e não deve ser diferente na cidade de V. Exa.

Obrigada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputada Rosane.

Gostaria muito de ceder o aparte que V. Exa. pediu, Deputado Mauro Moraes, mas fica para a próxima, pois o meu tempo já vai se esgotar. Sei do empenho de V. Exa. na condução da Comissão de Segurança, mas precisamos fazer mais, não sei se é fazendo o discurso aqui, se é cobrando com requerimentos, se é trazendo os números e mostrando a realidade dos fatos, porque já que nas Delegacias nós não conseguimos os relatórios através dos nossos requerimentos, a imprensa está divulgando e precisamos aproveitar estes números para dar ciência, aqui nesta Casa, da responsabilidade do Governador Roberto Requião com a Segurança. Ele fica acusando o Judiciário e não está resolvendo o problema!

O que está acontecendo na nossa região, especificamente em Campo Mourão, que até o mês de março - janeiro, fevereiro e março já foram 11 assassinatos!

Era isso Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, quero dar aqui continuidade às palavras do Deputado Douglas Fabrício, que com certeza não está aqui usando desta tribuna, isoladamente. Tenho certeza que até Deputados da Base Governista se pudessem, fariam o mesmo. A cobrança não é de Parlamentares como V. Exa., mas principalmente de Campo Mourão, da região que V. Exa. representa.

Hoje pela manhã eu falava numa entrevista de televisão que a esta Casa compete o papel justamente de cobrar do Executivo, do Governo do Estado: O que está fazendo em matéria de Segurança? Graças a Deus tive a oportunidade de inclusive perguntar para o Presidente, antes de usar desta tribuna, Deputado Mauro Moraes, a respeito de algumas notas que veicularam na imprensa dizendo que o Presidente iria até o Secretário. Nada contra, tenho certeza, fiz essa ressalva na Comissão, quando debatíamos sobre o convite ao Secretário, que tenho certeza que ele sabe e é um bom Secretário, porém esta Casa tem que dar uma resposta à população. A população do Paraná está confusa com o índice do Ministério da Saúde, com o índice da Secretaria da Segurança. O fato é que há uma grande insegurança no estado do Paraná.

Aquela acusação, Deputado Rossoni, que alguns Parlamentares queriam politizar isso, acho que é descabida, até porque observei a responsabilidade com que o Deputado Douglas Fabrício trouxe a questão aqui, com dados, com estatísticas, a responsabilidade e a cautela com que os Deputados estão abordando. Porém, se não vier uma resposta rápida por parte do Secretário da Segurança, na Comissão Técnica de Segurança desta Casa, inclusive existe a prerrogativa, Deputado Mauro Moraes, se ele entender, de parte dessa conversa com os Deputados ser às portas fechadas.

Tenho certeza, isso vai ajudar para que os Deputados da base governista possam defender com mais argumentos o que está sendo feito em matéria de Segurança Pública. E Deputados da Oposição, como o Deputado Douglas Fabrício, que não tem que lançar mão, cadê os policiais? Daqui a pouco ele vem: “Olha, temos um plano para repor os policiais aposentados em um ano”.

Tenho certeza que o Deputado Douglas Fabrício não estaria cobrando aqui o efetivo que está defasado em Campo Mourão.

Com aparte o Deputado Mauro Moraes.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB)

Agradeço a V. Exa., primeiro com referência ao convite. Não é que o Presidente da Casa, o Secretário Alexandre Curi e o Presidente da Comissão de Segurança vão até a Secretaria, porque o Secretário queira. É porque nós, de espontânea vontade, livremente, deliberadamente, decidimos que o Presidente da Casa, o Presidente da Comissão de Segurança e o Secretário vão fazer uma visita e entregar pessoalmente, em princípio o convite para o Secretário da Segurança comparecer à nossa Comissão de Segurança, porque os Deputados que fazem parte da Comissão de Segurança não vão ficar de braços cruzados e olhos vendados mediante a escalada do crime, aqui no Paraná.

Já temos mais uma Audiência marcada, nesta sexta-feira, na Fazenda Rio Grande, na qual eu peço o comparecimento de todos os Deputados. Na sequência já temos marcado, no mês de abril, quatro audiências na cidade de Curitiba. Ou seja, nos bairros com maior índice de criminalidade: Cajuru, Sítio Cercado, Tatuquara e Cidade Industrial de Curitiba, onde pretendemos, aí sim, não só ter a participação do Secretário da Segurança, como também do Superintendente da Polícia Federal, do nosso Secretário, ou seja, Secretário Antidrogas, da Guarda Municipal, enfim de todas as autoridades, da Polícia Civil, da Polícia Militar, porque agora todo mundo tem que dar a sua parcela de contribuição no combate à criminalidade. Ninguém pode ficar só assistindo.

Então, pode ter a certeza e convicção que a Comissão está tomando as providências necessárias. Não vamos ficar de braços cruzados e olhos fechados mediante a escalada do crime, na cidade de Curitiba, região metropolitana e todo o estado do Paraná.

Infelizmente, Curitiba que é capital de referência mundialmente falando, de coisas boas, está se tornando a capital da violência. Não podemos permitir que Curitiba se transforme na capital da violência. Temos que tomar providências imediatas e estamos fazendo isso.

Conto com a sua presença, sexta-feira, como Vice-Presidente da Comissão de Segurança, lá na Fazenda Rio Grande, e posteriormente nos bairros mais populosos e mais violentos da capital de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte, cumprimento V. Exa. pela maneira independente que conduz a Comissão Técnica de Segurança Pública desta Casa. V. Exa. teve uma postura que realmente a questão política não pode se sobrepor à questão técnica, de realmente explicitarmos o que está acontecendo na Segurança Pública do Estado do Paraná. Se isso não ocorrer na Comissão Técnica, que é a Comissão de Segurança, certamente, Deputado Rossoni, ninguém vai barrar os Deputados de cobrarem aqui no plenário, como é o nosso dever de cobrar explicações, numa atitude de convocação.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Me permita discordar do posicionamento do Presidente da Comissão de Segurança e discordar da forma como está sendo conduzida essa questão de Segurança.

Questão de politizar ou não, aí vai da análise de cada Deputado.

Agora quero dizer o seguinte: Que estamos ainda discutindo, Srs. Deputados, diante da escalada da violência, se vamos convidar, se vamos convocar, se o Presidente da Casa vai fazer uma visita para levar o escritório.

Ora! É tão urgente a questão de que o Secretário, se ele tivesse um pouco de consideração por esta Casa, ele neste momento, ele ligaria ao Presidente Nelson Justus e diria: “Amanhã, a hora que V. Exa. desejar, estarei na Casa prestando esclarecimentos”. Ora! Estamos tratando com o Secretário de Segurança, estamos tratando com quem é o responsável pela Segurança do nosso estado e estamos esperando ainda se vamos convidá-lo, se o Presidente vai lá, se o Secretário vai lá, se vão ter que ir todos os Deputados lá. Vejo de outra maneira. É urgente uma medida drástica e dura desta Casa.

Por esta razão, na Comissão de Segurança me ative para que não interpretasse o posicionamento do Líder da Oposição, mas a irresponsabilidade com a Segurança neste estado é tão grande, que não há mais como só fazer convite. Temos urgência. Se é convite, se é convocação ou a forma que for, o Secretário deve uma satisfação à população do Paraná.

Enquanto eles brigam com as estatísticas, a insegurança aumenta no nosso estado.

Desculpe-me, é o meu posicionamento, já foi na Comissão de Segurança, e é aqui neste plenário.

Quero dizer ao Presidente da Comissão que conte com o meu apoio, com mais rapidez.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero dizer a V. Exa. que entendo que o tema que envolve a violência, nos tempos de hoje, é um tema que preocupa a cada Chefe de família e a cada um do nosso estado.

Mas entendo que o Secretário de Segurança Pública, ele é o gestor de uma política pública e é claro, tem profissionais que são qualificados. Todos que ingressam nesse serviço ingressam através de um concurso público e ao mesmo tempo, temos uma política pública na área de segurança do nosso estado, que sabemos das nossas fragilidades, mas também, sabemos daquilo que é positivo.

Mas quero dizer a V. Exa. o seguinte: entendo que o Secretário de Segurança Pública recentemente deu uma coletiva, vai receber o Presidente da Comissão de Segurança, o Deputado Mauro Moraes. Ele na verdade, pode e deve vir a esta Casa fazer um debate com os Parlamentares. Mas, reconheçamos aqui essa questão da minha avaliação, não é a questão principal. O que interessa para nós é efetivamente o que o Governo está fazendo, o que está investindo, as ações, as operações integradas, a Operação

Mãos Limpas, a participação da Polícia Federal e todo esse processo de debate que temos para melhorar a questão da Segurança.

Por isso que entendo de uma forma muito responsável, temos que não criar uma panacéia, como se a vinda do Secretário aqui na Assembléia fosse resolver o problema de Segurança Pública no nosso estado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Romanelli, V. Exa. infelizmente não acompanhou o início do meu pronunciamento. Era justamente isso que eu estava colocando, que o Secretário, ou através de convite, ou através de convocação, tem que comparecer na Comissão Técnica desta Casa para explicar justamente isso. E fazer uma análise junto com os Deputados, não os governistas, somente com os Deputados de Oposição e se isso está dando resultado. Se não tiver, vamos partir para outra solução. O que não podemos é fazer a política da avestruz e dizer que nada de errado está acontecendo no estado do Paraná. Se não, efetivamente, eu chegava a conclusão de que não tem nada que vá segurar o debate deste ano, daqui a pouco, neste plenário, seja a Segurança Pública e daí sim, de uma maneira política e não técnica, que nós podemos nesta questão da Segurança, perder o foco, que é buscar soluções.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

***Liderança do Partido Democratas:
Deputado Elio Rusch*****O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão da Segurança tem se manifestado por diversos Parlamentares. E com toda certeza, todos os Parlamentares têm o maior interesse em que o Governo do Estado consiga, no mínimo, conter a violência no estado do Paraná.

Desta tribuna tenho me manifestado inúmeras vezes sobre a questão da Segurança, principalmente da nossa região, de Foz do Iguaçu até Guaíra, onde se localiza o lago de Itaipu e onde os crimes acontecem diariamente, aonde os agricultores são assaltados, não só os agricultores, mas também o pessoal da cidade, e os objetos furtados, grande parte, vão via lago de Itaipu para o vizinho país Paraguai.

Mas, os marginais não se contentaram só com o roubo. Estamos assistindo e lendo diariamente os latrocínios que acontecem, infelizmente, no nosso estado e aqui em Curitiba, mais assustador ainda, como no Brasil inteiro.

Aconteceu na minha cidade, Marechal Cândido Rondon e está acontecendo diariamente, assalto a casas de agricultores e no campo. Esta noite aconteceu de novo. Assaltaram, levaram a pessoa, prenderam e soltaram no interior. E os objetos, os marginais levaram.

Aconteceu no município de Nova Santa Rosa, também, um amigo nosso, ex-Vereador, que assaltaram a casa dele, prenderam a mulher, levaram a esposa, os filhos, e soltaram perto do lago de Itaipu e o veículo foi levado embora.

Conversei muito com o Deputado Dobrandino da Silva, quando ele era Líder do Governo. Sei o quanto o Deputado Dobrandino da Silva também tem debatido esta questão da Segurança Pública e pediu, exatamente, que o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, desse um tratamento diferenciado na questão da Segurança Pública de Foz do Iguaçu a Guaíra.

Estamos vendo aqui na Assembléia Legislativa, Deputados de todos os cantos do estado do Paraná, no dia de hoje assistimos ao Deputado Douglas Fabrício levantando a questão da Segurança Pública no município de Campo Mourão, ouvimos o Deputado Reni Pereira fazendo menção sobre a questão da Segurança Pública no Paraná e em Foz do Iguaçu.

Estamos falando do lago de Itaipu. Fomos conversar com o Deputado de Ponta Grossa, a questão está em Ponta Grossa. Fomos conversar com o Deputado de Londrina, a questão está em Londrina. Semana passada tivemos uma reunião da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo eminente Deputado Mauro Moraes e foi decidido, nessa reunião, que se convidaria o Secretário da Segurança Pública para vir à Comissão de Segurança, para dar esclarecimentos sobre o que o Governo está fazendo. Sabemos que o Secretário não pode dizer tudo o que está fazendo, até por uma questão de segurança.

Ouvi e ouço o Deputado Mauro Moraes dizer que tem que ser levado convite ao Secretário pelo Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, pelo 1º Secretário da Casa, Deputado Alexandre Curi e pelo Presidente da Comissão de Segurança. Levar o convite! Este convite se manda por ofício, por telefonema. Se convida o Secretário, se ajusta uma data. Ou o Secretário vem ou o Secretário não quer vir.

Acho que o Secretário tem a obrigação de vir a esta Casa, porque é de interesse do estado resolver a questão, ou ao menos o Governo do Estado tem que dizer o que está se fazendo na questão da Segurança Pública.

Ouvimos, Presidente Nelson Justus, que o Governo anuncia a contratação de 1.000 policiais. E há alguém que já disse que são mais de 1.000 policiais que já se aposentaram no Paraná. Então, não está contratando ninguém mais, você está repondo os policiais que saíram da corporação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Deputado Elio Rusch, gostaria de me posicionar diante da manifestação de V. Exa., do Deputado Reni, do Deputado Douglas. Não discordo em nada, realmente a Segurança está muito difícil aqui e no Brasil. É claro, e também concordo plenamente com a vinda do Secretário da Segurança nesta Casa porque eu sei, conheço o

esforço que o Governo está fazendo, os investimentos que o estado, tem feito na área da Segurança, e a vinda do Secretário aqui nesta Casa é uma forma de dar satisfação à opinião pública do Paraná. Portanto, sou favorável à vinda do Secretário a esta Casa.

Agora, com relação aos números da violência aqui em Curitiba, Campo Mourão, Londrina, Foz do Iguaçu, tenho manifestado já há muito tempo o meu pensamento, em grande parte desses homicídios por arma de fogo que ocorrem diariamente em todo o Paraná e o Brasil, em grande parte disso sabemos que é em função da ligação das pessoas com o tráfico de drogas. As crianças andam nas ruas sem nenhum cuidado mais dos pais e vão se perdendo nesse mundo de crime, e aí não há policiamento que dê conta para dar segurança para toda a população.

O senhor falou lá da fronteira. Tenho pedido ao Governador e ele tem nos atendido, teve reforço de policial lá em Foz do Iguaçu, são 300 policiais de forma extraordinária cuidando da fronteira, mas é muito difícil nas condições que se encontram geograficamente a nossa região. Os marginais vão para lá em função do contrabando que entra do Paraguai. Então, é muito difícil, por mais policiais que tenha reforçado, em Foz do Iguaçu não diminui a violência. Por isso, sou favorável à vinda do Secretário, o mais rápido possível, aqui nesta Casa, para conversar com os Deputados.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, com referência a nossa presença na Secretaria da Segurança, não quer dizer que estamos indo lá porque assim seja a vontade do Secretário. Essa é a minha vontade, do Presidente da Casa e do Secretário, que resolveu fazer uma visita para entregar um convite que foi aprovado por V. Exa. e por todos os demais membros. A Comissão é soberana. Se ela decidir que o Secretário vai ser convocado numa próxima reunião nós o convocaremos, sem dúvida nenhuma. Mas primeiro vamos entregar esse convite pessoalmente. E por que pessoalmente? Porque quero ouvir do Secretário se ele está disposto a comparecer aqui ou não.

Então, pode ter certeza e convicção de que não vamos fechar os olhos e calar a nossa voz. Para não constranger o Secretário, é evidente que vamos fazer esse convite, e não é um convite que o Presidente decidiu, foi votado por unanimidade na Comissão de Segurança, e já está nas minhas mãos também um requerimento do Deputado Reni que pede a convocação do Secretário. E se ele não aceitar, se ele falar para mim amanhã que não virá a esta Casa, o senhor não tenha dúvida que na próxima reunião eu já vou colocar em votação o requerimento do Deputado Reni Pereira e vamos tomar essa decisão na Comissão de Segurança, que é soberana, para dizer se o Secretário vem ou não a esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Espero que essa visita possa acontecer nas primeiras horas na Secretaria da Segurança Pública.

Tenho informações que ele não virá, mas tomara que ele venha para esclarecer todos esses números divulgados pela imprensa e os números que a própria Secretaria divulga. E dizer que o Governo do Estado está fazendo em favor da Segurança Pública do nosso estado do Paraná.

Segurança é constitucional. É um dever do estado e um direito do cidadão.

Não somos tão levianos em dizer que a Segurança vai mal só no nosso estado, não, vai mal no Brasil inteiro. Mas os Governos que administram os estados têm responsabilidade de adotar alguns programas, algumas medidas para coibir e diminuir o índice de criminalidade que existe e que nos ronda.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para colaborar na questão da visita do Secretário.

Quero esclarecer que, na semana passada, entramos em contato com o Secretário e, em momento algum, o Secretário aventou a possibilidade de não se fazer presente.

Cabe à Comissão marcar uma data.

No horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em 1975, na condição de Deputado Federal e membro do Movimento de Liderança Cristã, fomos convidados para ir a um encontro com o Presidente dos Estados Unidos, para um café presidencial.

Marcou muito, quando estávamos no hotel em Washington, a equipe do hotel nos recomendou que não saíssemos sozinhos, que tomássemos todo cuidado, porque bem perto da Casa Branca sair à noite era um forte risco de assalto e até de perda da vida.

Ficamos tristes com a violência que campeia lá, campeia cá, mas como ocupamos o mandato de Deputado Estadual, temos que defender o nosso Paraná.

Não vamos nos acomodar. Vamos pedir para que as autoridades competentes adotem medidas rigorosas para garantir à população do Paraná a segurança que cada paranaense tem direito.

Teve um tempo em que as famílias podiam se sentar numa praça pública, bater um papo, puxar uma prosa. As famílias, às vezes, saíam à noite para tomar um sorvete e até ver vitrines. Sou do tempo em que saíamos com a namorada ou com a esposa para ficar vendo vitrines. Não comprava, mas pelo menos podíamos nos divertir

viendo as vitrines das lojas. Atualmente, quem é que se arrisca a andar pelo centro de uma cidade grande, média ou pequena para ver vitrines? Aliás uma grande parte das lojas até fecham as portas com medo de deixar a vitrine iluminada e a loja sofrer algum tipo de arrombamento.

Recordo-me que, na minha cidade e também nas pequenas cidades do interior, à noite, as famílias punham ali uma cadeira na frente do portão de suas casas, os vizinhos vinham, sentavam, puxavam aquela prosa. Esses hábitos foram mudando. À noite ou quase que até de dia as praças estão vazias das famílias de bem, infelizmente, em virtude do forte risco de assalto que essas famílias correm. Têm muitos que tem medo de sair à rua e ser assaltado.

Namorar no carro, então, o que tem o casal de namorados que é lavado para o matagal e, muitas vezes, a mocinha fica com vergonha de falar que foi estuprada, muitas vezes, na frente até do namorado, e ela não conta nem para a família. É um risco muito grande um casal de namorados parar para namorar na porta da sua casa, na porta do prédio onde mora. Tem acontecido muito de casais de namorados sofrerem sequestro relâmpago e até violência sexual, tudo em virtude da violência.

Têm muitos que têm medo de sair à rua e ser assaltados; têm muitos que a mãe fica no portão, na janela, rezando, orando, enquanto a filha não volta da escola ou do trabalho ou de uma festinha, porque a mãe sabe o risco que uma filha está correndo de ser vítima dessa violência que campeia aqui no Paraná e no nosso planeta; e têm muitos que têm medo até de ficar dentro de casa e ser assaltado dentro da sua própria casa.

Então, o povo do Paraná está carente de Segurança. São os empresários sendo assaltados. São inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que embarcam no ônibus, recebem aposentadoria ou salário do mês, e têm a carteira batida nos ônibus de Curitiba, Londrina, Maringá, em todo o canto. As pessoas, às vezes, perdem o salário inteirinho do mês. É muito grande a quantidade de gente que sofre esse tipo de assalto.

Portanto, Presidente, estamos aqui, em nome do nosso Partido Progressista, para manifestar a nossa solidariedade ao povo do Paraná e desejar que haja, de fato, haja concretamente, não no discurso, não na teoria, uma ação firme no sentido de que as nossas autoridades garantam, não em discurso, não em teoria, não em tese, mas a segurança que cada paranaense tem direito.

Para concluir, Presidente Nelson Justus, sempre estou solidário com o povo brasileiro que reclama que o nosso país tem uma enxurrada de impostos, impostos demais. O Presidente Lula não sabe nem onde guardar tanto dinheiro que está arrecadando. O povo está com medo da Polícia Federal, com medo da Receita Federal. É bom: o povo está pagando impostos. Nunca se pagou tanto imposto como o povo brasileiro está pagando.

Então, seria simpático defender a redução de impostos, redução do número de tributos que o povo brasileiro paga, mas, Presidente, diante de tanta violência que está

ocorrendo, de tanta droga que está campeando por aí, estamos hoje no firme propósito, vendo o drama dos dirigentes das instituições filantrópicas, instituições que trabalham visando recuperar as pessoas dependentes de drogas químicas, do cigarro e até do alcoolismo. Eu vejo a miséria. Tem entidade que muitas vezes quer recuperar o viciado em droga. Há boa vontade, há amor, entretanto, tem entidade que muitas vezes não tem nem o alimento para fornecer às pessoas que estão em tratamento. E para se tornar um viciado em drogas, leva menos de um minuto. Muitas vezes a pessoa vai cheirar uma cocaína, um crack, um êxtase, a pessoa em pouco tempo vai sofrer alucinações, vai ver tudo bonito. Vai ligar a TV preta e branca e vai ver a imagem colorida, vai sair do problema com a namorada, com a família, ou problema de dinheiro. Entretanto, Presidente, essa mesma pessoa que ligava o TV preto e branco e via tudo colorido, em pouco tempo ou a médio prazo, vai ligar a TV colorida e vai ver a imagem em preto e branco ou não vai ver imagem nenhuma, porque ela está caminhando cada vez mais para o abismo, que quase sempre não tem retorno. Menos de um minuto para se tornar um dependente de droga química e quase uma eternidade para poder sair desse vício maldito, que leva o jovem a matar o pai, a mãe, o avô. É o que disse o psicólogo, esse jovem mata quem atravessar no seu caminho, pela necessidade de arranjar o dinheiro para comprar essa droga. Essa droga que destrói, que acaba com a felicidade da sua família, esse jovem é capaz de tudo.

Então, Presidente, sabemos do mal que o cigarro faz. Cigarro que está matando 10 mil pessoas por dia. O alcoolismo que só inferniza a vida de uma família. Como sofre a esposa, os filhos de um chefe de família que é escravo do alcoolismo. A esposa prepara a comida com tanto carinho e esse homem que saiu do trabalho e foi direto para o boteco, quando chega em casa, chega agressivo, xingando, ofendendo. Tem esposa que até prefere que esse marido fique o mais tempo possível fora de casa, porque quando ele chega, o lar se transforma num inferno.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, estamos aqui para anunciar que vamos ser o autor, sim, de um projeto para criar mais um imposto no Paraná. Pretendemos com esse projeto chamado Imposto Saúde, fazer com que o Governo do Estado cobre na comercialização de cigarros e de bebida alcoólica, crie mais um tributo, sim. Esse povo que é dependente do cigarro vai me xingar também, mas o Imposto Saúde é para permitir que o Governo lance mais 1% de cobrança sobre a comercialização de cigarros e de bebidas alcoólicas. E que o Governo do Estado destine 80% desse dinheiro arrecadado para essas entidades que estão na miséria, entidades sem caráter lucrativo e que estejam fazendo o trabalho, visando libertar do vício das drogas os nossos jovens aqui do Paraná. É o único caminho de servir essa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Inicialmente, quero agradecer a deferência do Sr. Presidente em trazer para a Ordem do Dia o projeto de nossa autoria, que trata da regulamentação do uso do capacete em órgãos públicos, em postos de gasolina e, da mesma forma, em propriedades particulares do estado do Paraná.

Quando apresentei o projeto, na verdade, tive a preocupação de tomar algumas cautelas no sentido de analisar o aspecto constitucional e legal para que pudéssemos apresentar algo que não ferisse princípios constitucionais, até porque entendemos que essa iniciativa, se ela realmente estivesse na contramão daquilo que a legislação pertinente trata, poderíamos ter um projeto que pudesse cair no vazio. Na Comissão de Constituição e Justiça foi amplamente discutido, argüiram-se algumas possibilidades da inconstitucionalidade. E eu, no entendimento que tenho, tenho a seguinte leitura: o projeto não é inconstitucional, porque não estamos ferindo e barrando a possibilidade do motoboy ou do motoqueiro deixar de usar o seu capacete em vias públicas. Se assim agimos e se assim estivéssemos agindo, com certeza, estaríamos infringindo princípios constitucionais e também, da mesma forma, estaríamos entrando na esfera da legislação que trata, com certeza, do assunto em pauta.

Portanto, entendo que o Projeto está realmente em condições de ser aprovado por esta Casa e, na sequência, sancionado pelo Sr. Governador, porque ele não fere, de forma alguma, aquilo que eu entendo como princípio maior da lei, que é estabelecer o contraditório e, quem sabe, ferir os princípios legais e poder sofrer, quem sabe, a não sanção do projeto pelo Governador, em função de estar amplamente ou, quem sabe, inconstitucionalmente ilegal.

Quero crer, Srs. Deputados, que diante de toda essa ampla discussão que esta Casa vem travando com relação à questão da Segurança neste estado, diante de tantos fatos estarrecedores que presenciamos aqui na capital do estado - no último caso, lamentavelmente, ocorreu a morte da nossa Pró-Reitora, se não me engano, da Universidade Federal do Paraná, que foi assassinada brutalmente dentro da sua casa por motoqueiros que usavam capacete com o objetivo maior de se esconderem, de praticarem o crime usando o capacete, exatamente para a sua proteção.

Em função de todo esse contexto e de alguns proprietários de postos de gasolina do estado e aqui em Curitiba, especificamente já estão usando essa prática, porque tenho falado e tenho ouvido alguns proprietários de postos de gasolina e eles têm me dito que já estão proibindo a entrada de motoqueiros em seus postos de gasolina. Quando chegam para abastecer, exigem que tirem o capacete para a sua devida identificação.

Por isso, acho que é dever legal e constitucional dos Srs. Parlamentares desta Casa aprovarem este projeto, no sentido de termos uma legislação que, realmente, possa dar essa devida segurança ao nosso cidadão paranaense.

E eu quero, nesta tarde, pedir aos Srs. Parlamentares o apoio, no sentido da aprovação do nosso projeto, para que possamos, sim, atuar mais no sentido da prevenção ou até, quem sabe, não no sentido de impedir que os crimes possam acontecer, mas sim no sentido de prevenirmos outras possibilidades que possam ocorrer no curso do tempo, sem que tenhamos uma legislação que possa inibir os motoqueiros que atuam aqui na cidade e no interior do Paraná.

Repito e reafirmo mais uma vez: não temos o objetivo de nos confrontar com esse segmento tão importante do contexto econômico, que usam as suas motos para sua sobrevivência. Pelo contrário, estamos trabalhando no sentido de salvaguardar os bons profissionais desse ramo. É com esse objetivo que apresentamos esse projeto de lei.

Com aparte o Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado, ouço o senhor falar e acho a iniciativa positiva. Tenho apenas uma dúvida, até porque não sei se há em outros estados legislação semelhante. Não sei se o senhor procurou no que aconteceu recentemente, há questão de dois, três anos atrás, por legislação federal na Colômbia, onde havia um grande número de assassinatos feitos por pessoas que usavam capacete. Obviamente que a Colômbia está num processo de guerra civil, e em função disso os legisladores entenderam que os motoqueiros deveriam ter no seu capacete afixada a placa da sua moto, para poder melhor ser identificado.

Minha dúvida, Deputado Traiano, é se poderemos impedir que uma pessoa que chegue à sua residência, num condomínio, por exemplo, a pessoa tenha obrigatoriamente de retirar esse capacete, se ela estará obrigada a fazê-lo, uma vez que está entrando numa propriedade privada, como diz o seu projeto. Se teremos condições de obrigá-la a identificar-se, retirando o capacete num espaço que, em princípio, é um espaço privado.

Acho que a iniciativa é positiva. Acredito que deveremos fazer mais debates. Não sei se o Governador vai sancionar ou não o projeto, talvez haja um debate maior, mas se não houver a sanção do Governador, me parece que devemos continuar esse debate no sentido de tentarmos trazer o máximo possível de segurança àqueles que usam, como o senhor bem usou, esse veículo para trabalhar. Infelizmente também há o contrário, aqueles que usam para atos não lícitos.

De qualquer forma, só tenho essa dúvida: quanto à legalidade de impedimos que pessoas entrem em propriedades privadas através de uma legislatura específica.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

É pertinente essa sua preocupação, Deputado Tadeu Veneri, e é lógico que procuramos nos cercar de toda e qualquer possibilidade de ordem constitucional e entendemos, pelos estudos que fizemos, a nossa equipe técnica, que a legislação permite, sim, que nas nossas propriedades privadas possamos impedir que o cidadão, o motoqueiro chegue com o seu capacete.

Quero crer que o alcance social dessa legislação extrapola qualquer interesse de ordem constitucional, legal, porque lamentavelmente o índice de violência que assola nosso país, nosso estado, é realmente algo preocupante.

Uma legislação dessa natureza, idêntica a essa que estamos levantando, já tramitou no estado da Paraíba e tenho a informação que os resultados são altamente satisfatórios. Portanto, não tenho aqui objetivo maior de me autopromover em cima de um projeto dessa natureza. Pelo contrário, tenho a preocupação de zelarmos por aquilo que é elementar e essencial para a vida dos paranaenses que tanto nos preocupa, que é a questão da segurança.

Esta Casa tem sido fórum e palco de grandes discussões de matérias dessa natureza. Esse é o nosso objetivo, essa é a nossa intenção e espero que esse Parlamento possa realmente aprovar o nosso projeto e o Governador também, preocupado com a Segurança deste estado, possa sancionar essa lei e daí então poderemos colocar em prática mais um instrumento que com certeza haverá de dar também Segurança a este estado.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto hoje é Segurança Pública. Estava aqui ouvindo, desde a semana passada, hoje me propus vir aqui a esta tribuna tecer alguns comentários, daquilo que penso com relação à Segurança Pública.

Quem ouve o discurso do meu querido amigo, Deputado Douglas Fabrício, do Deputado Marcelo Rangel, enfim, de alguns Parlamentares - podemos até imaginar e pensar que o Paraná é uma ilha cercada de bandidos, sem que o Poder Público faça algo para tentar minimizar essa situação.

Há dias atrás estava em casa, assistindo televisão e, casualmente, parei numa TV portuguesa. Percebi que a Ministra foi convocada a ir ao Parlamento português, porque lá funciona o parlamentarismo e o assunto debatido lá no Parlamento dói à Segurança Pública de Portugal. Porque segundo os Parlamentares, Portugal vive uma crise perversa e cruel de Segurança Pública.

Assim também a gente constata em qualquer país do mundo, em qualquer estado, o aumento talvez, o aprimoramento da ação criminosa. Aqui no Paraná, sabemos e reconhecemos que precisa o Governo fazer mais. Porque o Governo sempre tem que fazer mais. O Governo tem que agir conforme a música, tem que dançar conforme a música. Não podemos pensar que aquilo que foi feito e que está sendo feito é o necessário, porque daí cruzamos os braços.

Agora, nós temos que reconhecer que este Governo avançou muito na questão da Segurança Pública. Basta lembrar, Deputada Rosane, V. Exa. não esteve aqui, no Governo anterior as viaturas que serviam à Polícia Civil, à Polícia Militar, eram locadas. Sequer eram de propriedade pública. Esse Governo adquiriu milhares de viaturas e hoje as viaturas são públicas, são de propriedade do povo do Paraná e acabou a farra do aluguel de viaturas. O colete, parte dos coletes que os policiais usavam eram locados. Este Governo avançou na questão do armamento, na questão do salário, na questão do concurso público, contratando policiais militares e policiais civis, agentes, escrivães. Este Governo construiu educandários - escolas para educar os jovens em conflitos com a lei. São cinco os educandários no Paraná. Esse Governo construiu e está mantendo para permitir que esses jovens tenham condições de sonhar e de pensar. Sonhar com o amanhã. Sonhar com a vida boa. É por isso que esse Governo construiu cinco educandários no Paraná, para permitir o sonho de crianças que hoje vivem em conflito com a lei.

Esse Governo é um Governo que tem, sensibilidade, que sabe que é preciso avançar mais. Mas ele, Deputado Romanelli, construiu sete presídios no Paraná. Desde a época do Manoel Ribas o estado do Paraná não construiu presídios. E, nenhum governante gosta de construir presídios. É uma obra que não chama a atenção, que não dá votos. Mas, esse Governo, ele não está preocupado com votos. Está preocupado, sim, em dar uma condição de vida boa ao povo do nosso estado, e construiu sete presídios, inclusive, inauguraram um, agora, em Francisco Beltrão, com capacidade para 900 detentos.

Esse Governo investiu pesado em Segurança Pública. É evidente que temos que avançar, mas não dá para deixar de ver e reconhecer o esforço que o Governador Requião está fazendo na Segurança Pública do nosso estado do Paraná.

Tem assassinatos, tem roubos, sim! Vivemos no Brasil. Vivemos num mundo onde os seres humanos são levados a viver no mundo do crime. E não há Governo que consiga, por mais forte, firme, impedir que o crime exista.

Mas olho com satisfação que no estado do Paraná mudou a política pública, não só para a Educação, para a geração de empregos.

Ainda assistia o Governador Requião anunciar a vinda de uma grande empresa para Campo Largo. E o repórter perguntava: “O que é que o Governo deu para

gerar esses 500 empregos em Campo Largo?” E o Governador Requião disse: “Dei o que está escrito na lei. O que o empresário do Paraná tem direito. O que o empresário da Europa tem direito, está escrito na lei. Nenhuma vírgula a mais.”

É esse Governo que governa com transparência, que governa na lei, com seriedade. É esse Governo que avança com passos largos em todos os setores.

Sei, Deputado Romanelli, precisamos avançar. O Secretário da Segurança precisa vir aqui na Assembléia, porque não é crime vir aqui debater a Segurança Pública com os Deputados do Paraná. Debater com gente séria e responsável. Não é crime, como em épocas passadas se imaginava que fosse. Fui Deputado aqui quando o Lerner foi Governador durante oito anos. Nunca tive a oportunidade de nenhuma autoridade vir aqui debater comigo, como Deputado representante do povo.

É por isso que acho que o Secretário tem que vir aqui, como qualquer outro órgão, como qualquer outro homem ou mulher que ocupe cargo público do Governo, vir debater os problemas do nosso estado, com tranqüilidade, serenidade e responsabilidade.

Não há demérito, há crescimento político, há crescimento na maneira como se olham as coisas de vir aqui debater com as autoridades do nosso estado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Deputado Nereu, o senhor tem muita razão quando fala que o Governador Roberto Requião tem investido na Segurança. É verdade.

V. Exa. falou na construção de novos presídios, falou da compra de viaturas, mas gostaria de lembrar da nossa região e V. Exa. tem expressiva votação na região de Goioerê, Campo Mourão e os municípios que perfazem aquela região. Lá também precisamos de novas viaturas, mais gente, mais policiais e o Governador prometeu e não cumpriu ainda. Também a construção de um mini-presídio, a transferência da cadeia pública que está superlotada em Campo Mourão e Goioerê, para que possamos ter mais segurança.

Parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento e peço a sua ajuda, para que possamos ajudar os problemas de Segurança daquela região.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Douglas, quando você herda uma situação caótica, é difícil resolver tudo do jeito que você quer resolver.

O Governador Requião tem feito um esforço monumental para a construção de novos presídios, reformas de delegacias.

Hoje a Polícia Militar recebe o Fundo Rotativo para comprar gasolina, para fazer reparos no destacamento, sem precisar ficar mendigando. A Polícia Civil também recebe, sem precisar ficar mendigando.

São estes os avanços, Deputado Douglas Fabrício. Sei que a região de Campo Mourão e outras regiões do

Paraná ainda precisam de investimentos, e este Governo também sabe. E fará! Agora, pela situação herdada, pelas circunstâncias, pelas dificuldades, não tinha como revolver tudo de uma vez só. Mas, reconheçamos, o avanço é extraordinário, as coisas que este estado está vendo a apalpando, é para virmos aqui elogiar as conquistas que este Governo está realizando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna nesta tarde, após um pronunciamento muito bem fundamentado pelo meu companheiro de Bancada, Nereu Moura, e fico feliz em ver nossos Parlamentares, que experimentam diariamente na sua ação de representação dos municípios, o quanto nosso Governo está avançando.

Claro que o debate da Segurança Pública é um debate que está politizado. Não foi à toa que o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, criou uma Secretaria Municipal Antidrogas, mesmo já tendo uma Secretaria de Defesa Social, e trouxe um dos Delegados mais famosos do nosso país, Delegado Francischini, que foi quem desbaratou e prendeu aquele famoso bandidão, o colombiano Abadia.

Entendo que a polícia, marketing político, ele não pode permear a política de Segurança Pública. Lembro de ter visto aqui desta tribuna e lembrava, Deputado Elio Rusch, quando V. Exa. falava do município de Nova Santa Rosa, lá no oeste paranaense, lembro-me uma vez que fizemos nesta Casa uma homenagem especial ao Secretário da Segurança Pública e à Polícia Militar, por aquele famoso episódio daquele seqüestro, que houve reféns, em Marechal Cândido Rondon.

Eu ficava me perguntando, neste tema da Segurança Pública. Eu moro no Paraná, em Curitiba, tenho minha base eleitoral no norte pioneiro e outros municípios que represento, e tenho preocupação com a questão da Segurança Pública, a questão da violência urbana e rural. É um tema que é uma preocupação presente.

O que temos que nos perguntar é o seguinte: o gestor na área de Segurança Pública está fazendo tudo o que pode, utilizando todos os meios materiais e além, claro, todo o aparato que temos do ponto de vista das pessoas, profissionais qualificados, para poder combater a criminalidade? Entendo que esta tem que ser a pergunta e é para ela que temos que ter uma resposta. Estamos fazendo tudo o que podemos para mudar esta realidade, por isso penso que esse tema, me proponho sempre debater todos os temas que envolvem políticas públicas fran-

cas e abertas, e V. Exas. sabem disso. Mas, um tema igual a esse da Segurança Pública, sinceramente, quero dizer que temos que nos pautar com muita serenidade para não cometermos atos que possamos nos arrepender, porque é uma área extremamente delicada.

Nós, por exemplo, todos tínhamos uma impressão fantástica do Delegado Noronha. Os senhores se lembram quando, aqui desta Casa, o Delegado Noronha saiu fugido como Chefe da Polícia Civil, surpreendendo a todos? Certamente quem o nomeou nunca esperava que aquilo pudesse acontecer, mas aconteceu. Então, é uma área delicada, temos que ter clareza que há muitos bons profissionais, Delegados de Polícia competentes, pessoas que trabalham, temos um oficialato na Polícia Militar e profissionais que são qualificados, e temos que confiar nessas pessoas. O que nós investimos na Segurança Pública é mais de 1 bilhão neste ano. Temos que saber que esse dinheiro é um dinheiro que vai ser bem investido, por isso que temos que ter muita segurança naquilo que estamos falando e fazendo, e não criar de fato um ambiente artificial que nos leve até criar um factóide na área de Segurança Pública. Penso que o tema, na verdade, tem que ser tratado com muita responsabilidade porque os investimentos que foram feitos e vão ser feitos são investimentos muito bem definidos do ponto de vista da logística e fundamentalmente do geoprocessamento do crime.

O Sr. Elton Welter (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Sou testemunha de vários fatos que aconteceram em investimentos na Segurança Pública. No oeste do Paraná tinha um Batalhão, Cascavel; agora tem um Batalhão em Toledo que de lá para cá se estruturou com novas viaturas, com mais efetivo e os equipamentos são modernos, ainda não é o que a gente sonha, mas antigamente a Polícia precisava fazer coleta na comunidade para consertar viaturas e colocar combustível. Isso agora acabou, agora tem um recurso garantido todo mês para quem é companhia, como é o caso de vocês que são vizinhos de Marechal Cândido Rondon. Então, o que seria salutar, V. Exa. que é Líder do Governo, colocar quantas viaturas novas foram compradas, trazer esse dado aqui, e quanto foi o aumento do efetivo na Polícia Militar e os concursos públicos para escrivães, para aumentar o efetivo. Não tenho esses dados em mente, mas ainda falta gente, mas entrarão nos próximos dias, me parece que próximos a 1.000 que vão ingressar na Polícia Militar do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Welter, agradeço o aparte. V. Exa. tem razão, os investimentos são muitos significativos não só na Polícia Militar como na Polícia Civil. Aliás, prometo trazer aqui nesta tribuna e fazer uma radiografia do que foi investido nos últimos cinco anos da área de Segurança Pública. É um tema que tem que ser abordado.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria abordar um tema que tem me incomodado, que foi um debate duro, eu diria que de certa forma exagerado, na última terça-feira, quando da discussão daquele veto que envolvia o projeto de lei do Deputado Péricles de Mello, que foi vetado pelo Governador, que era uma alternativa, pensou-se numa alternativa para encarar o problema grave das 37 mil pessoas que foram, eu diria, induzidas a erro - para usar uma terminologia respeitável - por instituições que deveriam proteger a cidadania. E é um fato muito grave. Mas esse fato nós já discutimos, debatemos, quarta-feira tem Audiência em Brasília. Mas, aqui nesta Casa, quero dizer o seguinte: hoje recebi, do meu partido uma medalha pelos serviços prestados, chamada Ulisses Guimarães. E tem uma frase do Dr. Guimarães: "Jamais desci de uma tribuna ou de um palanque sem que eu pudesse cumprimentar meus adversários".

Terça-feira desci desta tribuna sem poder cumprimentar V. Exa.

Entendo que exagerei. Entendo que temos personalidades parecidas, temos sangue italiano e, em alguns momentos, nos eleva alguns decibéis.

Quero aqui sempre manter um debate, mesmo que seja muito duro, mas respeitoso.

Claro que gostaria que todos os vetos, as matérias, a Mesa pudesse discutir com as lideranças. Entendo que aí poderemos nos preparar. Fui surpreendido naquela terça-feira com o veto de uma matéria extremamente importante, e para o qual não estávamos devidamente preparados para promover aquele debate.

Deputado Valdir Rossoni, mesmo divergindo com V. Exa., sempre quero descer desta tribuna e poder cumprimentá-lo. O nosso debate tem que ser no plano das idéias, sem que possamos exagerar, exceder, para mantermos esse relacionamento cordial.

Nós, que temos personalidades parecidas, tomemos um pouco mais de cuidado com o vernáculo, para não cometer aqui nenhum tipo de impropriedade, como eu cometi aqui. Mas, estou tentando colocar aqui um ponto final nesse caso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns! Qualquer tipo de exagero leva que se perca a razão.

No horário da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um comunicado a todos. Quarta e quinta-feira próxima estaremos em Brasília. Convido todos os Deputados que puderem nos acompanhar. Vamos numa Comissão formada por 8 representantes. Teremos uma Audiência dia 26 e 27 com o Conselho Nacional de Educação, como Secretário Executivo do Conselho e no Ministério da Educação, com o Chefe de Gabinete do Ministro.

Estamos otimistas em trazer de Brasília uma solução, nem que seja parcial, para esse grave problema que atinge os alunos da VIZIVALE.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, quero cumprimentá-lo, depois daquele embate que tivemos aqui, quero dizer que também fui para casa desconcertado, porque a razão do nosso debate, não havia necessidade daquele tratamento.

Quero dizer a V. Exa. que daquela tribuna a sua atitude demonstrou seu caráter, sua honradez e seu respeito por esta Casa.

Quero dizer a V. Exa. que, certamente, vai servir de aprendizado para mim e para V. Exa. Estamos em campos opostos, mas a nossa divergência é salutar para debatermos os problemas do Paraná. Passei uma noite horrível, porque nunca tinha sido tratado com aquele vocabulário, que não é próprio da sua pessoa. Então, encerra-se aqui o assunto. Vamos praticar a boa política. Vamos travar o bom debate porque, certamente, as pessoas que estão nos assistindo estão esperando isso de nós e esta atitude de V. Exa. só engrandece a esta Casa.

Não havia necessidade desta retratação, mas acredito que serve para que possamos, a partir de agora até para que possamos - e V. Exa. disse muito bem: esse ímpeto italiano - nos restringir ao debate político, ao tratamento duro que deve ser dado às questões. Não precisamos concordar em nada, mas defender o direito um do outro de discordar, sempre dentro do princípio do respeito. Sinceramente, o conheço há muitos anos, sempre tive muito respeito e aumenta mais o meu respeito por V. Exa.

Muito brigado e vou dedicar sempre o respeito que dediquei a V. Exa., ainda mais a partir desta atitude, que é uma atitude de grandeza, porque temos dificuldades em reconhecer os erros. Tenho essa dificuldade, tenho esse defeito e V. Exa. o fez. Até não precisava fazer com tanta ênfase, porque V. Exa. goza de prestígio e de respeito nesta Casa. Meus parabéns! Muito obrigado! Não mereço essa deferência, mas certamente dedicarei, no meu dia-a-dia aqui na Liderança da Oposição, tratamento que V. Exa. merece.

Naturalmente, tinha vários assuntos, até desconsertado pelo pronunciamento do Deputado Romanelli, Presidente Nelson Justus, eu tinha alguns assuntos que tratam dos interesses do Paraná e divergentes, Deputado Douglas, mas em respeito ao momento que estou vivendo, porque estava muito triste comigo mesmo, em respeito a esse momento não vou fazer comentários sobre os assuntos.

Poderia voltar ao assunto da Segurança. Tenho uma resposta que considero infeliz do Chefe da Casa Civil, mas em nome do respeito, hoje, não quero divergir.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, primeiro, quero parabenizá-lo pela sua receptividade ao pronunciamento do Deputado Romanelli. Entendo que todos devemos, primeiramente, respeito a cada um. Todos que vieram aqui vieram eleitos pelo povo. Cada um tem sua influência na sua região, seu trabalho. Cada um pensa de uma forma diferente. Se todos pensássemos igual, talvez não precisasse ter a discussão aqui dos projetos, dos problemas que tem o Paraná.

Eu ouvi, ainda há pouco, o Deputado Nereu Moura. Falamos da Segurança e ele foi lá e trouxe alguns dados da Segurança. Quer dizer, é o papel dele vir e defender o Governo que ele ajudou a eleger. O nosso papel é fiscalizar, é cobrar e mostrar onde está errado, até para ajudar o Paraná. Esse é o nosso papel. Entendo que V. Exa. tem feito muito bem o papel de Líder da Oposição, tem trazido os problemas para discutirmos aqui.

Quando, às vezes, um Deputado ou outro pode chamar de erro, ofendendo a quem está falando, ou uma atitude, não acho realmente correto. Então, quero parabenizar também o Deputado Romanelli pela sua atitude e V. Exa. pelo seu trabalho. Esperamos sim, que continue firme e trazendo os problemas que o Paraná tem. E que o Governador que está aí, que vai terminar o mandato daqui a três anos, é o responsável para resolver a maioria deles. Elegeu-se para isso e nos elegemos para cobrar, para fiscalizar.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Vou ser breve. Apenas, também gostaria de manifestar o nosso apreço e carinho por esse gesto de grandeza, tanto de V. Exa. quanto do Líder do Governo. Acho que esses ensinamentos que a vida nos propõe no dia-a-dia da vida pública é que valorizam exatamente a nossa trajetória política. Valeu-se o Deputado Romanelli, de uma citação de um dos mais sábios homens públicos deste país, respeitado, que com certeza escreveu uma das histórias mais lindas do campo político deste país que é o Ulysses Guimarães. Exatamente com o seu gesto, Deputado Romanelli, se aqui estivesse ainda presente o Deputado Ulysses Guimarães, se curvaria à sua citação.

Por isso, Deputado Rossoni, lhe conhecendo, a forma como V. Exa. atua politicamente, no seu ímpeto, na sua vontade de defender os interesses do estado como um todo e exercendo um papel que é fundamental para o contraponto de todas as questões de ordem política deste estado, queremos na verdade manifestar de viva voz a nossa gratidão a V. Exa. e ao Deputado Romanelli, porque isso somente engrandece, enobrece o Parlamento.

Tenho certeza que a partir de agora, ambos haverão de travar debates muito fortes neste Parlamento, mas de uma forma em que nunca possam ferir o brio e acima de tudo a dignidade, tanto de V. Exa. quanto do Deputado Romanelli. Parabéns aos dois por esse gesto de grandeza que enobrece a todos nós.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Líder da Oposição, Deputado Rossoni, queria também parabenizá-lo e parabenizar também o Líder do Governo. Isso é muito importante para a Assembléia Legislativa. Perdemos aquela batalha. O Paraná viu o nosso empenho, acompanhou os nossos pronunciamentos, representantes da Oposição nesta Casa. Perdemos a batalha, mas a democracia se sagrou vitoriosa, principalmente depois de um depoimento como foi feito agora há pouco pelo Deputado Romanelli.

Pedi um aparte, Deputado Rossoni, porque prestei bem atenção ao pronunciamento do Líder e acredito que ele se equivocou, porque falou que o Governo investiu ou vai investir 1 bilhão em Segurança. Mas, no site do próprio Governo do Paraná, está dizendo que o investimento é de 160 milhões para os próximos três anos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Nelson Justus, cumprimento V. Exa. e quero dizer que eu tinha assuntos pertinentes no dia de hoje e abri mão, mas quero convidá-lo para o debate do dia de amanhã, porque nada muda. Só aumenta o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns a ambos. O espírito da Páscoa continua reinando aqui, hoje.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 009/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 15750, de 27/12/07, que estimou receita e fixou despesa para o exercício financeiro de 2008. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 040/08, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (24/03/08), por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 063/08, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a aquisição de materiais didáticos para o Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski, localizado no município de Araucária. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública o Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras - MNREB, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/08, de 21/02/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 040/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Parque Tarumã I e II, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 040/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Parque Tarumã I e II, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/03/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 762/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/07, de autoria dos Deputados Edson Praczyk e Rosane Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM e CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/07, de 19/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 142/075

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo obrigar as empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 25 estabelece como competência do estado tudo aquilo que não lhe seja vedado pela própria constituição.

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como função da Assembléia Legislativa a elaboração de leis sobre matérias de competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

No caso em questão, devemos observar que a matéria prevista no artigo 23 da Constituição Federal trata exatamente da competência comum à união, estados e distrito federal para proteger o meio ambiente e

combater a poluição em qualquer de suas formas. Ainda vale observar o artigo 24 da própria Constituição Federal que estabelece a competência concorrente da união, estados e distrito federal para legislar sobre proteção, conservação e responsabilidade sobre o meio ambiente:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Ainda, a Constituição do estado do Paraná também impõe ao Poder Público o dever de assegurar o direito da população ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelecer meios de controlar a degradação do meio ambiente, bem como regulamentar técnicas de manejo de substâncias nocivas e incentivar a solução de problemas. Principalmente a partir da reciclagem de materiais. Cabe ressaltar que no artigo 207, parágrafo 1º, inciso VIII, a Constituição Estadual indica o dever de cooperação de vários setores da sociedade, inclusive os empresários, presentes no projeto em questão:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do estado, dos municípios e do ministério público;

(...)

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

(...)

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de

acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos.

Assim verificamos que a Assembléia Legislativa é dotada de competência para normatizar e garantir a aplicação das normas referentes a mudanças nas empresas ligadas a equipamentos de informática. Ainda verificamos que é dever da própria Assembléia tomar todas as providências cabíveis no sentido de garantir a preservação do meio ambiente.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade votamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/04/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 142/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 142/70 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois tem por objetivo evitar que esses equipamentos de informática prejudiquem a natureza, por possuírem em suas composições elementos nocivos ao meio ambiente e de longa decomposição.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10/07/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
LUIZ MALUCELLI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 142/07

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 142/07, de iniciativa do Deputado Pastor Edson Praczyk, que tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de recolhimento de material de informática pelas empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam estes equipamentos, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul.

Nos aspectos que competem a esta Comissão analisar, definidos no artigo 35, parágrafo 10, inciso I a VI

do Regimento Interno, nada temos contra o prosseguimento do trâmite regimental do projeto de lei em análise, de forma que a matéria possa vir a ser apreciada pelo douto plenário desta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29/11/07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a implantar, no município de fazenda Rio Grande, a Delegacia da Mulher. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 556/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a implantar, no município de Fazenda Rio Grande, a Delegacia da Mulher.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 6º, artigo 144 parágrafo 7º, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na norma desta Constituição.

Art. 144. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Federal;

II - Polícia Rodoviária Federal;

III - Polícia Ferroviária Federal;

IV - Polícias Cíveis;

V - Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

(...)

Parágrafo 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Públicas, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, incisos VII e X, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar;

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 10/12/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 556/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Geraldo Cartário submete à apreciação desta Casa projeto que, se aprovado, autorizará a Governo do Estado a implantar uma Delegacia da Mulher no município de Fazenda Rio Grande.

Geraldo Cartário é o maior líder popular desse município, onde ocupou com extraordinária aprovação, o honroso cargo de Prefeito Municipal. Esse Parlamentar conhece, como ninguém, os anseios e as necessidades da população local, daí a razão de ser o autor de tão meritório projeto. É sabido que as mulheres têm sido vítimas freqüentes de violência por parte de seus companheiros. Agressões verbais e também físicas, que deixam nelas seqüelas muito difíceis de serem reparadas. É estranho que as autoridades estaduais até hoje, em pleno século XXI não tenham se preocupado em providenciar a instalação dessa Delegacia. A esperança das mulheres de Fazenda Rio Grande é que o Plenário deste Parlamento aprove o projeto em questão, obra que permitirá que as mulheres desse município deixem de sofrer agressões e sejam respeitadas pelos seus parceiros ou esposo. Meu parecer é pela aprovação do Projeto 556/07, com o reconhecimento e parabéns ao Deputado Geraldo Cartário, pela feliz e humanitária iniciativa.

Sala das Comissões, em 12/12/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 556/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 556/07, em análise, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Governo do Estado a implantar uma unidade da Delegacia da Mulher no município da Fazenda Rio Grande.

Trata-se de proposição que visa combater a violência contra a mulher, com a instalação de um órgão policial especializado, oferecendo assim condições fiscais e

funcionais para o atendimento à mulheres vítimas de agressões físicas e morais, as quais necessitam de atenção especial, cuja medida, se efetivada, certamente contribuirá para a redução da violência doméstica.

Diante da importância social da proposta, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que a nossa Bancada fica liberada para votar como entender. Mas, antes de reconhecer que esse projeto autorizatório de se implantar, uma Delegacia da Mulher no município de Fazenda Rio Grande, sabemos o seguinte: embora tenha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, ele, por óbvio, é um projeto que peca justamente pela questão da constitucionalidade, seria inconstitucional. Então, como estamos discutindo, neste turno, a constitucionalidade do projeto e muito provavelmente esse projeto vai retornar do Executivo, vetado por inconstitucionalidade, ou seja, são duas possibilidades de veto: ou por inconstitucionalidade ou por interesse público. Então certamente será por inconstitucionalidade. Mas, temos que reconhecer o seguinte: o tema como manifestação política do Parlamentar, aqui no caso o Deputado Geraldo Cartário, claro que é muito positiva e propositiva. Mas, temos que reconhecer que, como projeto de lei, é inconstitucional.

Então, quero registrar aqui essa posição da Liderança do Governo, para que amanhã não tenhamos, de fato, alguém nos dizendo que fomos omissos aqui na votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar que vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Vai se proceder a votação. Uma vez que houve encaminhamento, vamos usar o painel.

Atenção Srs. Deputados, estamos votando o item 06, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 556/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, projeto autorizatório.

Deputados que forem favoráveis ao projeto, por gentileza, votem com a expressão SIM.

Deputados que forem contrários ao projeto, por gentileza, votem com a expressão NÃO.

Votando.

Vai se proceder o resultado. Encerrada a votação.

Quarenta e um Srs. Deputados presentes.

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram SIM.

Cinco Srs. Deputados votaram NÃO.

Uma abstenção.

Está **aprovado** em 1ª discussão o projeto.

Com a palavra o Sr. Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, projetos autorizatórios, metodologia é um projeto que vem vetado. Cansamos de discutir aqui, teria que ser transformado em indicação legislativa. Espero que a COPELEGIS resolva esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concordo com V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para fazer aqui uma ratificação do número, senão as pessoas acabam desinformadas. O Relator do orçamento acabou de se informar, o orçamento para a Segurança Pública este ano, no estado do Paraná, que esta Casa votou, é de R\$ 1.245.799,78. Esse é o orçamento da Segurança Pública este ano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 764/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a proibição da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Polícias Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas em estabelecimentos comerciais do estado e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CICT. Aprovado. (Publ. no DA nº 137/07, de 25/10/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 764/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 764/07, sob exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do ilustre Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo proibir a venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, além de distintivos e acessórios das Polícias Civil Militar, Estadual e Federal e das Forças Armadas em estabelecimentos comerciais do estado do Paraná.

Cumprir verificar inicialmente em qual dos ramos do direito a proibição que o Parlamentar pretende estabelecer está inserida.

Poder-se afirmar que a vedação alcançaria diretamente as relações de comércio. Assim entendendo-se, faltaria competência legislativa para o legislador estadual dispor sobre esta matéria, uma vez que a Constituição Federal reservou ao legislador da união competência privativa para dispor sobre o direito material, especificamente, o direito comercial.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial...

Por outro lado também é possível afirmar que a proibição em questão afetaria as relações de consumo, e neste caso a competência legislativa seria concorrente e o legislador estadual também poderia dispor sobre esta matéria.

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

Indisponível e inalienável, para dirimir o aparente conflito de competência legislativa, é necessário indagar qual a predominância da matéria tratada.

É forçoso concluir a predominância o direito comercial, porque o destinatário legal da norma proibitiva é o comerciante, que diretamente afetado pela norma, estria proibido de comercializar determinada mercadoria, sob pena de sofrer a punição legal prevista na lei.

Predominando o direito comercial como tema da norma proposta, a iniciativa do legislador estadual fica excluída. Não tem ele competência para estabelecer a proibição pretendida.

Tal proibição deveria partir do Congresso e prevalecer para todo o território nacional, evitando que a lei tenha vigência em apenas um ou outro estado e até permitindo que a mercadoria cujo comércio se pretende proibir seja comercializada livremente em território vizinho, muitas vezes separado por uma rua simplesmente.

Todavia deve-se também ter presente que o enfoque da questão deverá ser orientado para o bem que se pretende proteger. Neste caso, o bem maior do ser humano que é o direito a vida e à segurança.

Este é o bem que o legislador busca resguardar com a proibição de comercialização indiscriminada de fardas e acessórios de uso exclusivo dos integrantes das forças armadas e das Polícias Civil e Militar e que nas mãos dos marginais pode por em risco a vida e a segurança da população.

O direito à vida, é bem indisponível e inalienável, está assegurado em nossa Lei Maior como direito e garantia fundamental do indivíduo.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança...

Considerando a prevalência do bem a ser protegido e preservado, e também o dever de todos os entes da federação zelar pela sua proteção, não poderá o legislador estadual, em face da omissão da lei nacional, deixar de legislar em defesa do cidadão paranaense.

Ante o exposto esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04/12/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 764/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Douglas Fabrício o presente projeto de lei dispõe sobre a proibição da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Polícias Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas em estabelecimentos comerciais do estado do Paraná e dá outras providências.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria Comércio e Turismo recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conclui que o projeto tem um importante objetivo de proporcionar mais segurança aos paranaenses, exigindo que as instituições forneçam o material de trabalho para o uso pessoal do policial.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 764/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 764/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem como escopo a proibição da venda de fardas e acessórios que possuam identificação com as Polícias Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas, como um meio de coibir a ação de criminosos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a este projeto nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/02/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

PEDRO IVO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 832/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que disciplina o uso de capacetes pelo condutor de motocicleta e do respectivo passageiro nos prédios públicos e privados do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 832/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo disciplinar o uso de capacetes pelo condutor de motocicleta e do respectivo passageiro nos prédios públicos e privados do estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12/02/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 832/07

P A R E C E R :

O presente projeto tem por escopo disciplinar o uso de capacetes pelo condutor de motocicletas e do respectivo passageiro nos prédios públicos e privados do estado do Paraná.

Pois bem, a propositura já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável, o que atesta sua legalidade e constitucionalidade. Esta Comissão, consoante o artigo 33, parágrafo 9º do Regimento Interno tem como finalidade analisar o projeto de acordo com as regras de ordem e de própria segurança pública.

Pois bem, nessa linha de raciocínio, temos que o projeto tende a ofertar mais segurança à toda população paranaense, pela facilitação no reconhecimento das pessoas que adentram edifícios públicos e privados. Afora dúvidas, esta proposta incrementará o sistema de segurança, posto que a simples visualização da face de quem circula pelos imóveis tende a inibir o intuito criminoso de quem porventura tenha tal finalidade. Ademais, é de se considerar que o reconhecimento, em caso de perpretação de crimes ou condutas ilícitas será facilitada, seja em âmbito de inquérito policial ou em esfera judicial.

Sendo assim, temos que o projeto demonstra um avanço no quesito de segurança pública, ainda que de modo indireto, fazendo com que nosso parecer, portanto, seja pela aprovação da propositura.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 505 e 506, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 502, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 504, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 509, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 510 a 512, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 514 a 517, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 513, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elio Rusch e Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, penso que o Deputado Marcelo Rangel tem informações, mas eu entendo que o pedido do Deputado Luiz Carlos Martins é bem formulado.

Eu mesmo, quando presidi a Companhia de Habitação do Paraná, a COHAPAR, que aliás V. Exa. também teve esse privilégio de conduzir a política habitacional do estado, Presidente Nelson Justus, tive o serviço 0800, como tem a COPEL. O 0800 quem paga é a empresa prestadora do serviço. Era interesse da COHAPAR ter um bom relacionamento com seus mutuários, mais de 120 mil contratos ativos.

Então, acho interessante saber isso: se o usuário paga ou não em relação a essa questão do telefonema.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Esse requerimento é de extrema importância. Vamos encaminhar, mas já encaminhei esse mesmo requerimento no ano passado e recebi a informação da SANEPAR que o ramal 115 é pago pelo usuário. Pedimos um serviço gratuito à SANEPAR, mas a SANEPAR nos encaminhou a resposta que, segundo Stênio Jacob, não está previsto no orçamento da SANEPAR a possibilidade de implantar o 0800, que foi o nosso pedido no ano passado.

Só para deixar registrado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero agradecer imensamente essa compreensão dos Deputados da Casa, da Liderança do Governo, Deputado Romanelli, até porque, muito bem lembrado por ele e foi falha minha quando fui à tribuna, o próprio Deputado Romanelli quando Secretário da COHAPAR colocou o 0800. Quer dizer, aqueles que dependem da COHAPAR podem ligar e não pagam, como é o caso da COPEL.

Esse nosso pedido, Deputado Marcelo Rangel, vem reforçar o seu pedido e com isso vamos tocando o coração do Stênio Jacob.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado o requerimento.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 556, 764 e 832/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 758, 856/07 e 002/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 094/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 372, datado de 28/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 070/08, de 20/02/08, que passa a constar nos seguintes termos: conceder aposentadoria a ADIR JOÃO BENATO, matrícula nº 40845, portador do CPF nº 299.184.219-91, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de motorista, nível NBA-01, nos termos do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 020/98, combinado com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 041/03, incorporando as vantagens que faz jus, 03 (três) adicionais assegurados pelo artigo 170 da Lei Estadual nº 6174/70 e 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) a título de percentual de risco de vida, com fundamento no artigo 12 da Lei Estadual nº 7547/81 e no artigo 20 da Lei Estadual nº 7784/83, sendo que os proventos serão calculados de modo integral com consideração da totalidade de sua remuneração e reajustados com paridade, ou seja, corrigidos nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servido-

res ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação e transformação dos cargos. Resultando em cálculos de proventos de fl. 25 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/02/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 013/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11824/07, datado de 22/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar a Portaria nº 135, de 23/10/07, e restabelecer a validade da Portaria nº 062/95, mandando retificar a ficha funcional de ANTONIO LOPES, matrícula nº 40180, portador do RG nº 3.003.358-2 PR e do CPF nº 392.170.279-87, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 11/03/83, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotado na Coordenadoria de Segurança;

2 - conseqüentemente, retificar a Portaria nº 121/00, no sentido de se considerar como quinquênio, o período compreendido entre 11/09/92 e 11/03/97, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, permitido pela legislação à época.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12/02/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 045/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12293, datado de 05/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Gabinete da Vice-Presidência os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, GERSON LUIZ FERREIRA, matrícula nº 40193, a partir de 06/12/07, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Dr. Batista e Ney Leprevost. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 585/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO. O Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 050/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 050/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 004/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 697/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 014/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 651/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 043/08, de autoria do Deputado Dobrandino da

Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira à emenda de Plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 046/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Proposição-Veto nº 025/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 656/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 864/07, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 053/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 067/08, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 066/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 073/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 650/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 033/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 057/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 059/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

